

CELSO MIGUEL KERSKI

**TERCEIRIZAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA: UM ESTUDO
SOBRE UMA POSSÍVEL OPÇÃO PARA OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
TURÍSTICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como critério de avaliação
parcial para obtenção de grau de Bacharel
em Turismo, pelo Curso de Turismo das
Faculdades Santa Amélia - Secal

Orientador: Prof.^o Diego PauloSanti

PONTA GROSSA

2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha amada esposa Dinha pelo carinho e apoio nas horas difíceis, nos momentos de desânimo, a qual esteve presente quando mais precisei de seu companheirismo...

Aos meus pais e minha irmã Marisa e amiga Elaine que me apoiaram em todos os meus projetos e nos momentos de cansaço e dificuldade...

E a Deus Pai principalmente pela vida que me concedeu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus pela força, saúde e perseverança concedidas no decorrer desses 4 anos de dedicação e cansaço que me conduziram a essa conquista,

Ao professor Diego, que teve paciência para lecionar durante o curso, pela amizade e pela dedicação nas horas de orientação,

Aos meus pais, principalmente, pelo voto de confiança dedicado para a conquista dessa formação,

Agradeço também a todos os professores que lecionaram nesses anos de graduação...

...aos colegas de curso que caminharam junto nessa árdua jornada...

...e também aos colegas estagiários do Parque Estadual de Vila Velha, que contribuíram ricamente para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

À gerente do Parque Vila Velha Maria Ângela Dalcomune pela oportunidade concedida de estagiar e pesquisar nesse importante atrativo natural dos Campos Gerais.

KERSKI, Celso Miguel. **Terceirização no Parque Estadual de Vila Velha: um estudo sobre uma possível opção para otimização dos serviços turísticos.** 79 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Faculdade Santa Amélia - Ponta Grossa – Pr.

RESUMO

A presente pesquisa tem como temática o Turismo em Áreas Naturais, com ênfase no ecoturismo. O trabalho desenvolvido tem como objetivo geral verificar a visão dos visitantes do Parque Estadual de Vila Velha sobre a possibilidade da terceirização dos serviços de turismo nas áreas de uso público do parque visando otimizar as atividades de turismo. Para a realização do estudo será adotada a pesquisa do tipo quali-quantitativa, com enfoque exploratório. O foco principal será a terceirização e análise dos benefícios que a mesma poderá proporcionar à administração e a prestação de serviços em turismo no parque. Além da revisão bibliográfica sobre o tema serão coletados dados informativos atualizados sobre a estatística de visitação do parque. Na pesquisa de campo um questionário composto de questões objetivas e dissertativas será aplicado para 120 pessoas em visita ao parque, de diversas cidades do estado do Paraná e outros estados do país. Como resultado espera-se sugestões positivas quanto à terceirização, sempre com foco no desenvolvimento turístico sustentável, e também propostas que venham a otimizar as atividades de turismo nas áreas naturais de uso público do parque. A pesquisa estará à disposição dos órgãos competentes como apoio para possíveis projetos de ampliação na prestação de serviços em turismo e poderá também servir como base para futuros planejamentos para a terceirização dos serviços em turismo nas dependências do Parque Estadual de Vila Velha.

Palavras-chave: Turismo -- Turismo em Áreas Naturais – Parque Estadual de Vila Velha -- Terceirização – Patrimônio Natural

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista parcial da trilha dos Arenitos.....	41
Figura 2 – A Taça de Vila Velha.....	41
Figura 3 – Plataforma interna da Furna 1.....	42
Figura 4 – Vista parcial do elevador da Furna 1.....	43
Figura 5 – Vista parcial da Lagoa Dourada	44
Figura 6 – Inscrições em Arenito da Trilha do Bosque.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Como ficou sabendo da existência do parque?60
- Gráfico 2** - Já conhecia o parque antes da revitalização? Se sim, qual sua opinião sobre o parque61
- Gráfico 3** - Qual sua opinião sobre a infra-estrutura turística do parque? (sanitários, alimentação, atendimento, etc.).....62
- Gráfico 4** - Qual sua opinião sobre os atrativos e o passeio no parque?62
- Gráfico 5** - Acharia interessante a implantação de atividades previstas no plano de revitalização, como arborismo, cicloturismo, caminhada noturna? Dê sua opinião.....63
- Gráfico 6** - Passaria mais tempo nas dependências do parque com essas novas atividades?.....64
- Gráfico 7** - Estaria disposto a pagar por essas atividades, além do ingresso normal da entrada?.....65
- Gráfico 8** - Você acha justo o valor cobrado pela visita?.....66
- Gráfico 9** - Você concorda com a terceirização de serviços em turismo visando tornar a visita mais interessante? Dê sua opinião67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística de visitação PEVV - Trilha dos Arenitos**57**

Tabela 2 – Estatística de visitação PEVV - Furnas e Lagoa Dourada**58**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

ICMBio – Instituto Chico Mendes Biodiversidade

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Mtur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PEVV – Parque Estadual de Vila Velha

UC's – Unidades de Conservação

WWF - World Wide Fund For Nature

PNI – Parque Nacional do Iguaçu

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TURISMO	14
2.1 CONCEITOS E TIPOS DE TURISMO	14
2.2 CARACTERÍSTICAS DO TURISMO	18
2.3 IMPORTÂNCIA DO TURISMO	19
3 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	21
3.1 CONCEITO	23
3.2 TIPOS DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	24
3.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC's)	28
3.3.1 Conceito	28
3.3.2 Classificação	29
3.3.3 Os Parques	30
3.3.4 Parque Estadual de Vila Velha	32
3.3.4.1 Histórico do PEVV	32
3.3.4.2 Localização	33
3.3.4.3 Aspectos Geológicos	34
3.3.4.4 Tipos de Solos	35
3.3.4.5 Aspectos da Biodiversidade	37
3.3.4.5.1 Flora	37
3.3.4.5.2 Fauna	38
3.3.4.6 Hidrografia	39
3.3.4.7 Clima	39
3.3.4.8 Aspectos Turísticos	40
3.3.4.8.1 Arenitos	40
3.3.4.8.2 Furnas	42
3.3.4.8.3 Lagoa Dourada	43
3.3.4.8.4 Plano de Manejo	44

4 TERCEIRIZAÇÃO.....	48
4.1 CONCEITOS E ASPECTOS LEGAIS.....	48
4.2 QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	51
4.3 A IMPORTÂNCIA DA TERCEIRIZAÇÃO PARA O PEVV.....	53
4.4 O CASO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (PNI).....	54
5 METODOLOGIA.....	56
5.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	57
5.1.1 Análise dos dados de visitação do PEVV.....	57
5.1.2 Análise dos resultados da aplicação do questionário.....	59
6 CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICE.....	77
1 QUESTIONÁRIO QUALI-QUANTITATIVO.....	77
ANEXOS.....	78
1 A LENDA DE VILA VELHA.....	78
2 AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA.....	79

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um setor econômico em desenvolvimento em todo o mundo, motivo pelo qual vem gerando emprego e renda e, pela sua significativa importância foi escolhido como temática para o desenvolvimento da presente pesquisa, o segmento de turismo em áreas naturais.

Dada a relevância de seu estudo, justifica-se o tema pela sua importância para os parques naturais, sendo estes locais objeto de exploração e desenvolvimento da atividade turística. Diversos locais de áreas naturais possuem valor cênico de interesse turístico, e como o turismo é um setor em desenvolvimento vê-se no cenário atual empresas explorando esse segmento do mercado, principalmente a iniciativa privada, como exemplo o Parque Nacional do Iguaçu. Nesse contexto visualiza-se a exploração turística em parques naturais estaduais visando o desenvolvimento sustentável da atividade.

O poder público é o responsável por gerir os parques e, por esse motivo, surgiu a seguinte problemática: qual a visão percebida pelos visitantes sobre uma possível terceirização do turismo nos parques estaduais?

O objeto da pesquisa é o Parque Estadual de Vila Velha, situado no território do município de Ponta Grossa, estado do Paraná, constituído por formações denominadas Arenitos, este seu principal atrativo turístico, mais as Furnas e a Lagoa Dourada, também importantes componentes desse patrimônio natural. Os parques têm sido objeto de exploração de atividades de turismo, e tal fato vem de encontro à necessidade de fortalecimento do setor nesses atrativos, sempre com foco na sustentabilidade ambiental, pois são evidentes os impactos ambientais causados por atividades com planejamento inadequado ou até com a ausência deste.

Tem-se observado que, apesar de seu vasto território e beleza paisagística peculiar, o parque é pouco visitado, com desenvolvimento turístico baixo, em comparação com outros parques de similar importância. A falta de incentivos do atual governo estadual, o qual detém a administração do atrativo, para alavancar o progresso turístico local tem sido de pouca relevância, constituindo-se em um fator preocupante para o desenvolvimento turístico local.

Portanto, em questionamento sobre essa deficiência, determinou-se o

objetivo geral da pesquisa: analisar a visão sobre a possibilidade de terceirização de serviços em turismo no Parque Estadual de Vila Velha. Para chegar a esse objetivo final foram propostos objetivos específicos, detalhados a seguir:

- Analisar os benefícios da terceirização;
- Analisar a importância da exploração turística nos parques estaduais.
- Obter dados atualizados sobre a estatística de visitação do parque para interpretação e análise de possíveis problemas existentes;
- Aplicar um questionário com questões específicas aos visitantes, visando coletar informações e sugestões para melhoria nos serviços prestados.

Para o desenvolvimento do trabalho foi adotada como metodologia a pesquisa bibliográfica quali-quantitativa, tendo enfoque exploratório com análise das questões dissertativas. Foi elaborado e aplicado um questionário com questões objetivas e dissertativas para 120 visitantes do PEVV.

O trabalho está constituído de quatro capítulos distintos detalhando o referencial teórico utilizado e a análise da pesquisa de campo realizada.

O primeiro capítulo com o título “Turismo” descreve os principais conceitos e definições de turismo, características, sua segmentação e importância para a economia local e regional.

No segundo capítulo “Turismo em Áreas Naturais” encontram-se importantes informações sobre turismo desenvolvido em áreas naturais, segmento em que está inserido o objeto da pesquisa. Aborda as UC's (Unidades de Conservação), divisão territorial ambiental em que estão inseridas e sua importância para a sustentabilidade do meio ambiente. Enriquecendo o capítulo estão explícitas também as principais informações sobre o Parque Estadual de Vila Velha, incluindo seu histórico como parque e patrimônio natural tombado, informações sobre geologia e biodiversidade.

No contexto do terceiro capítulo intitulado “Terceirização” encontram-se registrados alguns conceitos sobre terceirização e aspectos da legislação vigente sobre os processos que envolvem esse tipo de atividade. Descreve ainda as vantagens e desvantagens que o processo pode oferecer para o poder público e para o IAP (Instituto Ambiental do Paraná), órgão atualmente responsável pela administração do Parque Estadual de Vila Velha.

O quarto e último capítulo apresenta a metodologia da pesquisa utilizada e seus principais conceitos. Apresenta a seguir a análise das informações estatísticas

coletadas no setor administrativo e gerência do parque. Por fim, são analisadas e comentadas as respostas relativas à aplicação do questionário aos visitantes do referido atrativo turístico.

Ao término do trabalho é apresentada a conclusão da pesquisa realizada, interpretando alguns tópicos importantes citados pelos visitantes e também com inferências sobre possíveis alterações que beneficiariam o desenvolvimento dos serviços em turismo no parque, baseadas na análise das informações adquiridas. Os resultados obtidos serão encaminhados ao setor administrativo do PEVV juntamente com o trabalho desenvolvido para análise de uso caso haja viabilidade.

2 TURISMO

O primeiro capítulo do presente trabalho aborda os principais conceitos sobre Turismo, suas relações, semelhanças e diferenças adotadas pelos autores. O capítulo também apresenta os diversos tipos de atividades turísticas praticados na atualidade, sua importância para o desenvolvimento econômico de um país, estado ou município, assim como sua segmentação nas diversas áreas de atuação.

Diversos têm sido os motivos que levam uma pessoa a se deslocar de seu local de origem para outro, questão que tem transformado o turismo numa atividade de difícil conceituação, visto que é dinâmico e tem se desenvolvido rapidamente, tornando os seus conceitos abrangentes. Sendo assim, não existe uma definição a qual possa expressar a dimensão que a atividade tem alcançado no decorrer dos anos de seu desenvolvimento.

2.1 CONCEITOS E TIPOS DE TURISMO

Desde quando passou a ser entendida não somente como formas de viagens e lazer, mas sim como uma atividade complexa, vários conceitos com diferentes abordagens têm sido elaborados com o objetivo de explicar esse fenômeno sócio-econômico mundial. Conforme Morgenroth *apud* Barreto (2005, p. 10) turismo é:

Tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu lugar fixo de residência para deter-se em outro local com o objetivo de satisfazer suas necessidades vitais e de cultura ou para realizar desejos de diversas índoles, unicamente como consumidores de bens econômicos e culturais.

A necessidade que as pessoas têm de satisfazer os seus desejos e anseios é evidente na atual conjuntura da sociedade, e o turismo surge como uma válvula de escape para a concretização de sonhos, planos, ou outro motivo inerente ao ser humano em suas atividades cotidianas. Pode ser uma viagem apenas com intuito de descanso e fuga do estresse, lazer ou então a realização de roteiros planejados objetivando conhecer novos lugares, culturas e aquisição de novos conhecimentos. Estudos anteriores indicavam que a atividade não abordava interesses financeiros,

solução de problemas de saúde ou algo relacionado à obtenção de lucro, mas fatores ligados à simples satisfação pessoal.

Para Lindberg *apud* Barreto (2005) o turismo relaciona-se aos aspectos ligados à atividade econômica e como um fator de desenvolvimento social, visando um impacto mais profundo na sociedade.

Vista como uma importante atividade ligada ao desenvolvimento econômico, o turismo se destaca por afetar diretamente a cultura local, os patrimônios histórico e natural e as comunidades do entorno de um atrativo turístico, bem como a geração de empregos e renda, impactando diretamente no progresso da região turística e na preservação do meio ambiente. A Organização Mundial do Turismo (OMT) segundo Oliveira (2002, p. 35) definiu Turismo como:

O fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

Já De La Torre *apud* Barreto (2005, p. 13), conceitua-o de forma mais abrangente:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

A prática do turismo proporciona satisfação pessoal, entretenimento, melhoria para saúde ou descanso e, dessa forma, devido aos inúmeros contatos com pessoas de diferentes localidades e culturas, poderá gerar benefícios além das expectativas, tanto em desenvolvimento pessoal, como cultural e social.

Souza & Corrêa (2000, p. 151) abordam os diversos aspectos que estão relacionados com a atividade, ampliando o conceito, assim descrita como:

Fenômeno caracterizado pelo deslocamento temporário de pessoas de seu local de domicílio (núcleo emissor) para uma determinada localidade (núcleo receptor), com a permanência mínima de 24 horas e a utilização de serviços e equipamentos turísticos. Envolve aspectos tanto econômicos quanto sociais, naturais, culturais, políticos, compondo um conjunto de serviços e equipamentos interdependentes entre si, os quais são oferecidos ao turista por diferentes empresas turísticas.

Percebe-se que a atividade turística já se torna complexa, se aprofundando nos aspectos gerais dos relacionamentos sociais, abrangendo a economia e a política, gerando renda e desenvolvimento social. Com o decorrer do tempo a atividade começa a ganhar espaço na economia mundial, não sendo somente um fator gerador de bem-estar e descanso, mas como fonte de renda e lucro. Os negócios passam a integrar o setor, surgindo empreendimentos especializados no atendimento ao turista, transformando-se em um importante segmento do turismo.

Na concepção de Andrade (2004, p. 73)

O conjunto de atividades de viagem, de hospedagem, de alimentação e de lazer praticado por quem viaja a negócios referentes aos diversos setores da atividade comercial ou industrial ou para conhecer mercados, estabelecer contatos, firmar convênios, treinar novas tecnologias, vender ou comprar bens e serviços, denomina-se turismo de negócios, turismo técnico, viagem de negócios.

São inúmeros os benefícios gerados pelo turismo de negócios, principalmente as comunidades locais das regiões receptoras dos empreendimentos turísticos, que se desenvolvem econômica, social e culturalmente, pois emprego e renda são gerados, e novas culturas são inseridas no contexto cultural local, acrescentando novos valores aos habitantes das localidades.

Oliveira (2002) ressalta o turismo como uma atividade de respeitável impacto na economia local, e acrescenta que:

É um meio de redistribuir a renda, captar divisas, gerar novos empregos, incrementar outros setores econômicos, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais (OLIVEIRA, 2002, p. 35).

A promoção do turismo como uma atividade de desenvolvimento econômico e social envolve estudos e planejamentos e, para que os resultados esperados sejam alcançados, critérios específicos de análise dos potenciais atrativos devem ser avaliados, portanto, nada mais eficaz que uma ciência especializada para estudar esse complexo fenômeno do setor de serviços, surgindo assim, a economia do turismo que, para Lemos (2004, p. 20):

É a parte da ciência econômica que estuda as alternativas de utilização dos recursos existentes para a produção turística nos destinos turísticos, a distribuição e a circulação de renda gerada por essa atividade, e como e por

que se processam os períodos de expansão e de retração dos fluxos nacionais e internacionais de turistas.

Como o turismo é uma atividade que se utiliza de recursos naturais e patrimônios culturais para o seu desenvolvimento, necessário se faz a elaboração de estratégias para que os impactos resultantes da visitação não causem grandes danos aos recursos turísticos utilizados. Nesse contexto a economia do turismo torna-se ferramenta para harmonizar o uso dos recursos financeiros gerados e utilizados para o desenvolvimento das atividades, de forma que esta se torne uma atividade economicamente sustentável em geral, não sendo apenas uma proteção ao meio ambiente, mas influi na viabilidade econômica em longo prazo e à justiça social.

Segundo Swarbroke *apud* Ferretti (2002, p.101) turismo sustentável “significa turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico, e o tecido social da comunidade local”. Então, conforme o autor, o turismo deve ser ambientalmente correto, buscando sempre o equilíbrio entre as ações do ser humano e a preservação do meio ambiente e, para que isso se torne algo real deve-se investir na educação ambiental e na capacitação dos agentes do turismo, principais responsáveis pela disseminação dos valores e princípios que norteiam o bom uso dos recursos naturais e culturais, conscientizando os turistas em relação aos impactos causados pela visitação desordenada.

Ao se transformar numa ciência complexa, no decorrer dos anos o turismo sofreu várias mudanças em seus conceitos e nas formas de sua realização, alterando valores culturais e os motivos das viagens, se tornando em um ramo segmentado de atividades, surgindo então, empresas e pessoas especializadas em cada segmento.

Andrade (2004) relaciona as classes turísticas que surgiram à medida que o turismo foi se desenvolvendo, fazendo com que o setor alcançasse diversas áreas de atuação, sendo então assim dividido em: turismo de férias, turismo cultural, turismo de negócios, turismo desportivo, turismo de saúde e turismo religioso.

Oliveira (2002) destaca que cada região possui suas características adequadas aos tipos de turismo com potencial para desenvolvimento, e devem ser definidas para orientação dos interessados em investir no setor e cita outros tipos de

turismo que são praticados, sendo: turismo de lazer, turismo de eventos, turismo de águas termais, turismo de juventude, turismo social, turismo ecológico, turismo de compras, turismo de aventura, turismo gastronômico, turismo de incentivo, turismo da terceira idade, turismo rural, turismo de intercâmbio, turismo de cruzeiros marítimos, turismo técnico, turismo gay ou gls e turismo étnico e nostálgico.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO TURISMO

O turismo é uma atividade ligada a quase todos os setores da atividade social humana, tendo por isso, uma variedade de conceitos, não podendo ficar limitado a uma simples definição, conforme Beni (2002). A atividade possui características diversas, positivas e negativas para o campo de aplicação e contexto específico. O texto abaixo relaciona características positivas e negativas do turismo citadas por Beni (2002, p. 39):

Vale destacar que o Turismo é um eficiente meio para:

1. promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
2. abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região;
3. integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional;
4. desenvolver a criatividade em vários campos;
5. promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou estendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas.

O Turismo, por outro lado, pode provocar no meio visitado, os seguintes prejuízos:

1. degradação e destruição dos recursos naturais;
2. perda da autenticidade da cultura local;
3. descrição estereotipada e falsa do turista e do país ou região de que procede, por falta de informação adequada;
4. ausência de perspectivas para aqueles grupos da população local das áreas de destinação turística, que não obtêm benefícios diretos das visitas dos turista ou do próprio Sistema de Turismo da localidade;
5. aparecimento de fenômenos de disfunção social na família, patologia no processo de socialização, desintegração da comunidade;
6. dependência do capital estrangeiro ou de estereótipos existentes em face do Turismo.

Em face da multiplicidade de prós e contras que a atividade turística proporciona, os planejamentos necessitam de equilíbrio para que haja harmonia entre o meio ambiente, população e o setor econômico, pois a importância diz respeito a estes três fatores, os quais podem ser considerados peças que são fundamentais para o desenvolvimento da atividade.

2.3 IMPORTÂNCIA DO TURISMO

Todos os segmentos do turismo constituem uma só atividade de igual importância para o setor de serviços e para a economia, seja local, regional ou de todo um país, dependendo dos investimentos na sua potencial riqueza turística. Oliveira (2002) considera o turismo como uma força econômica das mais importantes do mundo comentando que:

Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se. Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade seja incluída na programação da política econômica de todos os países. O turismo, que era para muitos uma atividade secundária, passou a receber atenção especial em razão de ser uma fonte geradora de receitas e a exigir metódica e delicada manipulação, consolidando-se dentro do conceito de "indústria normal" (OLIVEIRA, 2002, p. 45).

Embora o turismo esteja inserido no setor de serviços o seu potencial de geração de renda e lucro é considerado por estudiosos como uma indústria, questão essa que tem gerado polêmicas em relação ao conceito, por isso diversos autores não consideram a inserção do turismo nesse setor.

Atualmente a atividade é importante fator de desenvolvimento econômico e como fonte de renda para os países de terceiro mundo.

No Brasil é uma atividade que é fomentada a cada ano que passa. Segundo informação do portal da Agência Brasil de 23 de outubro de 2010

impulsionado pelo crescimento da classe média brasileira, pelo dólar favorável e pela realização da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o turismo no Brasil deve crescer 12% neste ano, superando a expansão de 7% a 8% prevista para o Produto Interno Bruto (PIB).

As previsões de crescimento para o setor turístico ressaltam a importância da atividade principalmente para os eventos esportivos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Esse contínuo crescimento dessa atividade sócio-econômica dá-se pelo fato do aumento da renda per capita, fazendo com que um grande percentual das classes sociais tenha acesso a viagens. Segundo VEJA (2010) aproximadamente 30 milhões de brasileiros ascenderam para a classe média nos últimos sete anos, e hoje representa praticamente a metade da população brasileira, com renda familiar entre R\$1.115,00 a R\$4.807,00 mensais.

Portanto, atualmente muitas pessoas têm acesso a viagens turísticas pelo fato desse aumento da renda da população brasileira.

Os pacotes turísticos variam em tipos de atividades e destinos, e inserido nessa diversificação está o segmento de Turismo em Áreas Naturais, como um importante objeto de exploração turística na atualidade.

3 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

O terceiro capítulo fornece o conceito do segmento do Turismo em Áreas Naturais, descrevendo os tipos de atividades praticadas em ambiente natural. Aborda, classifica e descreve os objetivos das Unidades de Conservação (UC's) e traz as informações principais sobre o objeto da pesquisa, o Parque Estadual de Vila Velha como o histórico, biodiversidade e situação atual.

O Brasil é um país rico em áreas naturais e cultura, com potencial para o turismo, podendo oferecer produtos em diversos segmentos do setor, atraindo turistas de todas as regiões do mundo, com destaque para o turismo em áreas naturais, constituindo uma das suas principais riquezas naturais.

Há uma diversidade de atrativos turísticos naturais no país, muitos dotados de infraestrutura adequada e planejados para o recebimento de visitantes de todas as regiões do globo. Destinos como balneários, resorts, hotéis-fazenda, montanhas, rios e cachoeiras compõem a vasta dimensão de atrativos que o turismo em áreas naturais abrange no Brasil, um país com dimensões continentais. Uma diversidade de ofertas de recreação e entretenimento existe para todos os níveis de classes sociais, faixa etária e estilos de vida.

O turismo de balneário é muito praticado pelos turistas de massa, onde o sol e a praia aproximam as pessoas da natureza, deixando-as em contato mais próximo com a natureza, livre das agitações da realidade dos centros urbanos. Andrade (2004, p. 63) enfatiza que

as praias, os rios, os lagos, as nascentes e mesmo as piscinas artificiais fazem do turismo balneário a forma mais costumeira e procurada da era industrial, pois significam a liberdade, o alívio e a naturalidade da vida que as pessoas percebem estão perdendo a cada dia, envolvidas nas realidades urbanas que, além de destruir a beleza e as virtudes dos recursos naturais, lhes tiram a possibilidade de um viver pleno de sua humanidade

Também em sua concepção Andrade (2004) acrescenta que as águas termais ou minerais também são procuradas pelas suas propriedades físico-químicas, diferenciando-as das águas comuns, tornando o turismo de balneário o tipo mais procurado e praticado desde tempos remotos, segundo registros de historiadores antigos e respeitados por toda a humanidade.

A procura por praia e sol é evidente pela demanda do turismo de massa no Brasil, principalmente no verão, onde as altas temperaturas são um chamativo para se refrescar no vasto litoral brasileiro, além de rios e cachoeiras com beleza cênica incomparável e oferta de serviços em turismo para todos os gostos e condições sócio-econômicas.

Além das práticas turísticas de sol e mar também há o espírito de aventura para aqueles que não buscam apenas descanso e lazer. Correr risco em escaladas e corredeiras, montanhas e trilhas são atividades que também possuem os seus adeptos, com espírito aventureiro, onde a adrenalina é fator básico para aqueles que procuram atividades diferenciadas no turismo em áreas naturais.

Percebido também como um dos motivos que levam as pessoas a se afastar de seu local de origem, principalmente dos grandes centros urbanos, é o estresse e a agitação das grandes cidades.

Andrade (2004) ressalta que as saídas do homem do seu habitat de origem são consideradas como saídas estratégicas, a fim de reciclar a resistência, pois o desgaste causado pela civilização industrial e ambiente barulhento, tumultuado e desumano das grandes cidades geram a possibilidade de um estado de opressão. Lugares mais calmos em ambientes naturais são procurados pela qualidade de vida que oferecem, e novos produtos turísticos são desenvolvidos a fim de atender as expectativas da crescente demanda do turismo.

Inserido no setor de turismo, o segmento de turismo em áreas naturais abrange diversas áreas de atuação, sendo este o que mais se utiliza do ambiente natural para a prática de suas atividades. Mas o que compreende o ambiente natural utilizado pelo turismo?

Oliveira (2002) ressalta que todos os elementos criados pela natureza podem ser utilizados pelo turismo, cada um com suas características. Entende-se, portanto, segundo citado, que todos os ambientes naturais de valor cênico podem ser atrações turísticas, constituindo-se em patrimônio turístico natural, os quais oferecem belas paisagens aos visitantes.

Para Oliveira (2002, p. 96) “loais que possuem essas características merecem atenção muito especial do Poder Público para evitar que um rico patrimônio natural venha a ser destruído pelo homem por falta de respeito com o meio ambiente.”

Existem vários tipos de patrimônios turísticos naturais, e nesse conjunto Oliveira (2002) relaciona-os: praias e balneários, o sol, o ar puro, cânions e gargantas, montes e montanhas, fiordes ou fjords, cachoeiras, lagos e lagoas, a neve, os rios, grutas e ilhas, além das reservas animais, florestas, bosques, parques florestais e fontes hidrominerais.

Ainda segundo Oliveira (2002) o turismo em áreas naturais é um dos segmentos do turismo com mercado promissor, oferecendo mais empregos que qualquer outra atividade econômica em todo o mundo. É uma atividade que depende do patrimônio natural, devendo estabelecer um equilíbrio na relação entre o homem e a natureza, amenizando impactos ambientais negativos e gerando ganhos para os vários setores sócio-econômicos envolvidos, para a comunidade local e para a sociedade, direcionados através de planejamentos estratégicos.

3.1 CONCEITO

A preservação do meio ambiente relacionada ao turismo está condicionada ao planejamento das atividades em áreas naturais, visando ao aumento da vida útil desses locais que, sem o consciente usufruto pelos turistas com relação à preservação e conservação pode gerar danos irreversíveis ao ambiente natural.

Sendo um segmento em expansão a sua conceituação torna-se abrangente em relação à sustentabilidade, assim descrita, conforme UFPR (2000, p. 04):

Turismo em áreas naturais é um segmento do turismo que utiliza o patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercâmbio sob diferentes formas entre o homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos.

Os recursos naturais são objeto de interesse dos operadores do turismo, e observa-se que nem sempre existe a preocupação com a vida útil desses recursos, resultando em degradação ambiental irreversível. A educação ambiental é fator importante para que haja uma consciência em relação às gerações futuras, que herdarão os frutos do uso correto ou não dos recursos naturais. Esse fator está

ligado ao desenvolvimento sustentável, pois o meio ambiente natural é componente do mesmo.

Conceitua-se como desenvolvimento sustentável “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras”, definição esta estabelecida pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, a qual foi criada pelas Nações Unidas visando o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental (WWF Brasil, 1987).

Para que o turismo se desenvolva em áreas naturais sem comprometimento dos recursos é importante avaliar os impactos resultantes da atividade, a fim de que se perpetue a atividade com benefícios para as gerações futuras, conforme o conceito acima citado.

3.2 TIPOS DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

Inseridas no segmento de turismo em áreas naturais encontram-se atividades distintas, praticadas nos mais diversos tipos de locais com infra-estrutura para o turismo, algumas com caráter educativo e preservacionista e outras voltadas para a aventura e entretenimento. Um fator importante da procura por esses tipos de atividades é a necessidade de descanso, que geralmente é usufruída pelas pessoas em período de férias escolares ou de trabalho.

Andrade (2004) comenta que o turismo de férias surgiu de fundamentos psicossociais, filho da Revolução Industrial e fruto da síntese trabalho/repouso, resultado dos desgastes das árduas jornadas de atividades rotineiras, preocupações e responsabilidades, além das pressões de horários e normas das atividades produtivas e sistemáticas.

O Turismo de férias abrange atividades variadas de lazer e entretenimento, além do repouso, subdividindo o segmento em outras atividades, também descritas por Andrade (2004): turismo de balneário, turismo montanhês e turismo de repouso.

Já o Ecoturismo é denominado uma atividade que se preocupa com a conservação e interpretação ambiental juntamente com a sustentabilidade. Segundo

o Ministério do Turismo o termo Ecoturismo chegou ao Brasil no final da década de 1980, na tendência mundial de valorização do meio ambiente e na conferência Rio 92 ganhou visibilidade impulsionando o mercado rumo ao crescimento.

Segundo o Ministério do Turismo (2008, p. 16):

Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Essa conceituação amplia as formas de atividades e a interação entre o homem e o meio ambiente, colocando-o como o responsável pela vida útil dos recursos utilizados. Sem a ação humana o meio ambiente não seria degradado, então o principal fator a ser planejado seria como o homem, agente motivador das atividades turísticas deve ser instruído a agir de forma ambientalmente correta, em consequência de benefícios para toda a comunidade local. É interessante que as comunidades residentes no entorno dos atrativos tenham participação nos planos de implantação e desenvolvimento das atividades de turismo, entendendo-se que estas devem ser as principais beneficiadas com os ganhos, principalmente na geração de emprego e renda.

O ecoturismo se distingue dos demais segmentos do turismo por se tratar de uma atividade em áreas naturais com o objetivo de preservar o ambiente natural, não agredindo os locais utilizados. Lindberg et al apud Ferretti (2002, p. 117) citam a definição da The Tourism Society sendo: “ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”.

Para Wearing et al apud Ferretti (2002) o ecoturismo abrange quatro elementos fundamentais, sendo eles: a noção de movimento ou viagem, a natureza como base, o papel educativo e a conservação do meio ambiente. Com base nessas afirmações pode-se perceber que o ecoturismo preocupa-se principalmente com a não degradação do meio ambiente natural.

Todas essas atividades desenvolvidas em áreas naturais necessitam de controle ambiental e fiscalização pelos órgãos competentes, sendo que as normas para a sua realização precisam ser cumpridas garantindo a preservação e aumento da vida útil dos recursos naturais, possibilitando o uso sustentável pelas gerações

posteriores. Dentre as atividades realizadas no segmento de Ecoturismo destacam-se: espeleoturismo, *hiking*¹, naturismo, observação de fauna e flora e *trekking*¹.

O segmento de Turismo de Aventura, especificado nas Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais do Estado do Paraná (UFPR, 2000, p. 05) compreende:

O grupo no qual as pessoas atuam como protagonistas, desenvolvendo atividades participativas de menor ou maior intensidade, necessitando, no segundo caso, de equipamentos e serviços especializados. As atividades compreendem também expedições em busca de lugares isolados de baixa frequência, exigindo trabalho de equipe na maioria das vezes.

Já o Ministério do Turismo define que o turismo de aventura “compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (MTUR, 2008, p. 15).

As atividades desenvolvidas nessa modalidade de turismo em áreas naturais adéquam-se aos turistas que buscam emoções diferentes, contrário ao turismo de praia, mais comum no Brasil, e muitas vezes podem exigir dos participantes coragem e ousadia, dependendo da atividade escolhida. Nessa modalidade estão inseridas atividades distintas, assim descritas (UFPR, 2000, p. 05):

Aéreas: vôo livre (asa delta, balão, pára-quedas e variações, planador), vôo motorizado (asa delta motorizada, girocóptero, ultraleve);
 Montanhismo: canyoning, escalada (técnica, solo, caminhada), rapel;
 Náuticas: boia-cross, canoagem e suas variações, iatismo e suas variações, mergulho (autônomo, livre), pesca amadora, rafting, surf e suas variações;
 Terrestre: caça regulamentada, ciclo turismo, veículos motorizados.

Dentre essas atividades destacam-se as náuticas, muito praticadas em algumas regiões do Paraná, como em Tibagi, as atividades de rafting e boia-cross.

Oliveira (2002) destaca que as pessoas que praticam o turismo de aventura estão em busca de emoções radicais, como subir aos céus em balões ou se aproximar ao máximo de crateras de vulcões.

Outro tipo de atividade turística em áreas naturais é o turismo rural, praticado em fazendas e outros locais da zona rural, constituindo-se no “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção

¹ Caminhada como atividade recreativa ou esporte. Especialmente para quem é sedentário, o hiking é um exercício natural que promove o condicionamento físico.

² É a prática de percorrer áreas ou trilhas a pé, com vários graus de dificuldade, geralmente em áreas montanhosas.

agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (MTUR, 2008, p. 10). Dentro do turismo rural estão inseridas atividades diversas: agroturismo, artesanato, gastronomia típica e lazer e recreação como caminhadas, cavalgadas, charreteadas e turismo equestre.

Para Oliveira (2002, p. 87), o turismo rural tem por objetivo:

Proporcionar aos visitantes a oportunidade de participar das atividades próprias da zona rural, como: andar a cavalo, ordenhar vacas, passear de carroça, tomar banho de rio ou cachoeira, caminhar pelo campo, comer churrasco, tomar chimarrão, etc.

Para a realização desse tipo de turismo deve existir estrutura adequada para que haja o mínimo de conforto possível aos turistas. O turismo rural oferece aos turistas a experiência típica das atividades de fazenda, resgatando os valores do campo.

Também inserido no turismo em áreas naturais está o turismo de águas termais, esse ligado ao tratamento de saúde ou a simples recreação, devendo ser praticado em locais com recursos hidrominerais. Conforme Oliveira (2002, p. 62):

É um tipo de turismo sofisticado e localizado. Existem grandes investimentos financeiros e muita organização. Deve ser dada prioridade aos cuidados com a higiene coletiva e à oferta de muito divertimento. Não basta contar apenas com os recursos naturais da água, da paisagem ou do clima agradável. É preciso tecnologia, criatividade e dinheiro.

Por se tratar de um tipo de turismo requintado é importante a presença de águas termais para desenvolver esse tipo de atividade turística, além de ser um investimento caro. Também se deve ter definido o perfil de cliente que se deseja alcançar (Oliveira 2002). Além desse segmento há também o turismo histórico-cultural e técnico-científico, ambos praticados em áreas naturais com objetivos específicos destinados à demanda turística com interesses distintos de somente lazer ou entretenimento, abaixo descritos.

Turismo Histórico-Cultural:

Conjunto de atividades que se desenvolve em função do patrimônio histórico-cultural e que permitem a observação da organização social do homem junto ao seu ambiente, retratando seus usos e costumes, tanto atuais como de seus antepassados. (UFPR, 2000, p.05)

Ao turismo histórico-cultural atribui-se atividades de: manifestações populares (cavallhada, fandango, folia de reis, tropeada), visita a sítios históricos, visitas a sítios arqueológicos.

Constitui-se o Turismo Técnico-Científico no “conjunto de atividades que atrai grupos específicos de turistas que buscam o intercâmbio *in loco* de informações científicas e técnicas” (UFPR, 2000, p. 05). Atividades desenvolvidas: espeleologia, pesquisa arqueológica, pesquisa e treinamento, visitas a sítios científicos e visitas técnicas a reservas de fauna e flora, barragens, fazendas experimentais, etc.

Grande parte das atividades de turismo em áreas naturais é desenvolvida em locais de ambiente natural públicos, geralmente com caráter conservacionista e preservacionista, visando a sustentabilidade ambiental, controladas e fiscalizadas pelo governo, através de órgãos ambientais específicos para esta finalidade.

A conservação e preservação do meio ambiente têm sido a preocupação dos ambientalistas e planejadores do turismo visando à amenização dos impactos negativos resultantes da atividade. E dentro desse contexto foram criadas áreas específicas e demarcadas, protegidas por leis ambientais, algumas com porções específicas de seu território próprias para atividades de turismo, as denominadas Unidades de Conservação (UC's).

3.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC's)

3.3.1 Conceito

A lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, regulamenta o artigo 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal de 1988, onde institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. No artigo 2º, a citada lei apresenta a conceituação para Unidade de Conservação, assim descrita:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime específico de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (Vade Mecum RT, 2008, p. 1839)

A criação dessas unidades visando à proteção dos recursos naturais facilita o controle de acesso às áreas restritas e a fiscalização pelos órgãos ambientais, interferindo na visitação desordenada ou no exercício de atividades não autorizadas nos referidos locais. E em conformidade com a citada lei, no art. 7º, as Unidades de Conservação são divididas em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável, tendo por objetivos, respectivamente:

1º grupo: Preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei;

2º grupo: Compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

3.3.2 Classificação

As categorias integrantes das Unidades de Proteção Integral compõem-se da seguinte classificação expressa no art. 8º da Lei 9.985 de 2000 (Vade Mecum RT, 2008, p.1841):

- I- Estação Ecológica;
- II- Reserva Biológica;
- III- Parque Nacional;
- IV- Monumento Natural;
- V- Refúgio de Vida Silvestre.

Já o grupo das Unidades de Uso Sustentável é composto das seguintes categorias descritas no art. 14, da Lei nº 9.985 de 2000 (Vade Mecum RT, 2008, p.1842):

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III- Floresta Nacional;
- IV- Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;
- VI- Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- VII-Reserva Particular do Patrimônio Natural.

3.3.3 Os Parques

Na área de estudo da presente pesquisa destacam-se as Unidades de Proteção Integral, especificamente os Parques Estaduais, que estão inseridos no contexto dos Parques Nacionais.

Os Parques Nacionais foram os primeiros locais a serem criados como Unidades de Conservação, visando à proteção do meio ambiente e possuindo suas normas próprias de uso ou manejo (Ferretti, 2002, p. 139 e 140), e são classificados em Parque Estadual ou Parque Natural Municipal, quando criados pelo Estado ou Município e são bens públicos, sob a responsabilidade da União, Estado ou Município, respectivamente, expressos no art. 11 da Lei nº 9.985 de 2000 (Vade Mecum RT, 2008, p.1842).

Ferretti (2002) destaca que os parques nacionais têm por objetivo a preservação do meio ambiente contra a degradação natural eliminando a possibilidade de intervenção artificial que importe em alterar o aspecto, conteúdo ou desenvolvimento. Ainda conforme o art.11 da lei nº 9.985 de 2000 o Parque Nacional:

Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Vade Mecum RT, 2008, p. 1842)

Os parques nacionais são ricos em biodiversidade, objeto de procura de pesquisadores e adeptos da natureza, e o interesse na preservação é nítido, tendo em vista que há um vasto número de espécies da fauna e flora em perigo de extinção, o que pode acarretar em impactos negativos ao meio ambiente natural, caso não exista um processo de educação ambiental voltado à visitação turística nesses locais.

Segundo Cruz (2003) nos parques nacionais, estaduais e municipais é proibida a exploração dos recursos naturais, de forma que venha a evitar impactos negativos ao meio ambiente, mas também existem as áreas destinadas à visitação, as quais devem ser fiscalizadas pelas autoridades competentes.

Em cada unidade de conservação, especificamente nos parques existem tipos de atividades específicas, sempre com a finalidade de preservação e conservação, e as atividades turísticas encontram-se inseridas nesse contexto.

A utilização desordenada e descontrolada dos recursos naturais existentes nos Parques Nacionais, inclusive pelo turismo tem ocasionado impactos degradantes, resultando no risco de extinção de espécies da fauna e da flora originais, além de recursos naturais, como a água, e a poluição do ar. Juntamente com o crescente aumento dessa degradação ambiental surgiram as preocupações em diminuir os impactos negativos causados ao meio ambiente natural.

Dessa preocupação surgem as alternativas para tornar o turismo sustentável, como destacam Cooper et al (2001, p. 142):

Claramente, os componentes da destinação turística só podem ser eficazes se um planejamento e um gerenciamento cuidadosos oferecerem um produto turístico sustentável e, desta forma, garantirem que um ou mais dos componentes não avance à frente dos outros.

Também, além de propostas de criação de produtos turísticos compatíveis com a exigência de preservação e conservação ambiental dos órgãos fiscalizadores, foram desenvolvidos princípios para o desenvolvimento sustentável da atividade pela Organização Mundial do Turismo (OMT), descritas a seguir (Cooper et al, 2001, p. 143):

- Viagens e turismo devem proporcionar às pessoas o desenvolvimento de vidas saudáveis e produtivas, em harmonia com a natureza.
- Viagens e turismo devem contribuir para a conservação, a proteção e a restauração do ecossistema da Terra.
- Viagens e turismo devem basear-se em padrões sustentáveis de produção e consumo.
- As nações devem cooperar para promover um sistema econômico aberto, no qual o comércio internacional e os serviços de viagens e turismo possam desenvolver-se em uma base sustentável.
- Viagens e turismo, paz, desenvolvimento e proteção ambiental são interdependentes.
- O protecionismo no comércio e nos serviços de viagens e turismo deve ser evitado ou revertido.
- A proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento turístico.
- Questões acerca do desenvolvimento turístico devem ser tratadas com a participação dos cidadãos, sendo as decisões de planejamento sendo adotadas em nível local.
- As nações devem avisar umas às outras sobre desastres naturais que possam afetar turistas ou áreas turísticas.
- Viagens e turismo devem utilizar sua capacidade de criar empregos para mulheres e povos nativos em escala máxima.
- O desenvolvimento turístico deve reconhecer e apoiar a identidade, a cultura e os interesses dos povos nativos.
- Leis internacionais protegendo o ambiente devem ser respeitadas pela indústria de viagens e turismo.

Analisando a totalidade dos princípios citados verifica-se que a atividade envolve todos os setores da sociedade, implicando em benefícios ambientais, econômicos e principalmente em qualidade de vida para as comunidades. Mas fica a dúvida sobre quem realmente segue à risca esses princípios, se existe a preocupação com a sustentabilidade ambiental e com as pessoas que dependem do turismo para a sua sobrevivência.

Entende-se que princípios servem para ordenar a conduta de vida, podendo resultar em benefícios para toda uma sociedade. No setor de turismo nota-se que deve existir uma linha rígida de cobrança para o cumprimento de normas e princípios para o desenvolvimento sustentável da atividade, a qual é estabelecida por parâmetros legais em todos os níveis da esfera governamental de uma nação.

O estado do Paraná possui em seu território diversas Unidades de Conservação, algumas fechadas a visitação pública e outras com espaços territoriais reservados à visitação turística e pesquisa científica.

3.3.4 Parque Estadual de Vila Velha (PEVV)

3.3.4.1 Histórico do PEVV

O PEVV é uma UC de Proteção Integral, pertencente à área territorial do estado do Paraná, situado no município de Ponta Grossa, distando 110 km da capital Curitiba, e atualmente é administrada pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, sendo em sua área desenvolvidas atividades de turismo, pesquisa científica, educação ambiental e fiscalização (IAP, 2003).

Registrado no Plano de Manejo do parque (IAP, 2003), o Parque Estadual de Vila Velha é conhecido principalmente pelas suas formações rochosas, denominadas arenitos, as quais tiveram sua formação há aproximadamente 400 milhões de anos, no período devoniano. Nesse período a região era coberta por um oceano interior, no qual sedimentos grosseiros da formação Furnas foram depositados e após estes, os sedimentos da formação Ponta Grossa. Essa região foi posteriormente coberta pelas glaciações no período carbonífero e, num lento

processo de derretimento das geleiras e arrastamento de pedaços de rochas e depósitos de areia foi formada Vila Velha.

Segundo informações constantes no Plano de Manejo (IAP, 2003) o governo do estado do Paraná após constatar que o conjunto de formações areníticas da Vila Velha possuía um expressivo valor cênico, científico e ambiental e importante pólo de visitação turística e científica em âmbito estadual, nacional e internacional, pelo decreto-lei nº 86, de 16 de outubro de 1942 desapropriou os imóveis denominados Lagoa Dourada e Vila Velha, declarando-os como de utilidade pública, na forma de um parque florestal. Na data de 12 de outubro de 1953, através da Lei Estadual nº 1.292 a propriedade passou a ser o Parque Estadual de Vila Velha, abrangendo os Arenitos, a Lagoa Dourada e as Furnas.

Decorridos mais de 12 anos de sua criação o parque foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná como Conjunto de Vila Velha: Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada, com a finalidade de parque estadual, pelo processo nº 05, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

3.3.4.2 Localização

Conforme IAP (2003), o parque localiza-se no segundo planalto paranaense, a 20 km do centro urbano do município de Ponta Grossa, na região conhecida como Campos Gerais, estado do Paraná. Possui área de 3.122,11 ha, com altitude máxima de 1080 metros na área denominada Fortaleza, e coordenadas 25° 12' 34" e 25° 15' 35" de latitude S, 49° 58' 04" e 50° 03' 37", com altitude máxima de 1.068m na área denominada Fortaleza.

Faz limites: ao norte com propriedades particulares, ao sul com a rodovia federal BR 376 e propriedades particulares, ao leste também com propriedades particulares e a oeste com o bairro Jardim Novo Vila Velha. O acesso faz-se através da rodovia BR-376, sendo este um importante corredor viário que o liga à capital Curitiba, desta distando 80 km, ao litoral paranaense e também às regiões norte, noroeste e sudoeste do estado.

3.3.4.3 Aspectos Geológicos

A área que compreende o PEVV está assentada sobre a estrutura denominada Arco de Ponta Grossa, onde predominam rochas sedimentares paleozóicas da Bacia do Paraná. As formações existentes no parque compreendem: Formação Furnas e Formação Ponta Grossa (Período Devoniano), Grupo Itararé (Carbonífero-Permiano), Diques de Diabásio do Magmatismo Serra Geral (Período Cretáceo) e Sedimentos Aluviais² e Coluviais³ Quaternários. (IAP, 2003).

Com aspectos diferenciados e características peculiares as formações geológicas do parque são objeto de pesquisa científica de diferentes áreas da ciência e estão relacionados no Plano de Manejo do parque, a seguir relacionados (IAP, 2003):

- a) Formação Furnas - ocorre na área oeste do PEVV, em terrenos mais baixos, ao longo do vale do rio Quebra-perna e da porção do montante do arroio afluente do rio Guabiroba, a leste do parque. Caracterizam-se nessa formação arenítica tetos rochosos e paredes, grandes depressões, com predominância arenítica de finos a médios, com coloração clara, mais expostas nas furnas 1 e 2. Seu aspecto resulta da associação de processos de dissolução e erosão mecânica, os chamados relevos ruiniformes⁴, que incluem as furnas, lagoas, depressões secas ou úmidas, estas últimas sendo resultado de processos erosivos subterrâneos que ocorrem em grande profundidade.
- b) Formação Ponta Grossa - composta por rochas areníticas encontradas somente em locais do extremo leste do PEVV, denominadas folhelhos silto-argilosos micáceos, cinzentos, apresentando fósseis de braquiópodes.
- c) Grupo Itararé - predominam rochas areníticas localizadas na região leste do PEVV, as quais sustentam os platôs, tanto da parte leste quanto da oeste do parque, assim como das áreas vizinhas, como a Fortaleza. Na formação do Grupo Itararé ocorrem diversos tipos de rochas sendo denominadas como: diamictitos, ritmitos, argilitos, folhelhos e arenitos estes últimos compondo o atrativo principal do PEVV, o denominado Arenito Vila Velha, com

² De origem associada aos processos fluviais (dinâmica dos rios).

³ De origem associada ao lento movimento, encosta abaixo, por ação da gravidade, do solo superficial.

⁴ Associação de macro e meso formas de relevo originadas pela erosão pronunciada de rochas, combinando dissolução e remoção mecânica de grãos; as formas são muito elaboradas e ornamentadas, evidenciando a corrosão, e conferindo o aspecto de antigas ruínas.

consistência rosada, os quais sustentam os morros que dominam a paisagem local. O tom rosado do arenito provém de sua consistência de cimento ferruginoso, fator que determina a resistência à erosão.

- d) Diques de Diabásio⁵ do Magmatismo da Serra Geral - Identificados dois diques na direção N80W, constitui-se em rochas que apresentam textura fina e coloração escura homogênea, pouca espessura, apresentando cerca de 5 metros para o dique maior, estendendo-se por aproximadamente 6 km ao longo do parque.
- e) Sedimentos Aluviais e Coluviais Quaternários - são planícies que se estendem ao longo dos rios Guabiroba e Quebra-perna, onde há a presença de quantidade variável de matéria orgânica.

Esse aglomerado de diferentes formações rochosas diversifica o parque, transformando-o em um ambiente propício para pesquisas científicas, atraindo pesquisadores das mais diversas regiões do país. Também o Parque Vila Velha é rico em diversidade de solos e no seu Plano de Manejo podem-se encontrar as diferentes classes identificadas.

3.3.4.4 Tipos de Solos

No parque observa-se uma diversidade de solos com potenciais distintos e fragilidades ambientais específicas registrados no Plano de Manejo (IAP, 2003), relacionados a seguir:

- a) Latossolos – compreendem solos minerais com elevado grau de desenvolvimento pedogenético, com espessura superior a 2 metros, apresentando-se com forte drenagem. Subdividem-se em latossolo vermelho e latossolo vermelho-amarelo.
- b) Cambissolos – são solos minerais não-hidromórficos com grau pequeno de desenvolvimento, possuindo características diferentes de cor, profundidade, textura e saturação. Algumas características são herdadas diretamente do

⁵ Rocha ígnea intrusiva, pobre em sílica, de coloração escura, geradas por magmas que ascendem de grandes profundidades.

material de origem. Subdividem-se em: cambissolos húmicos e háplicos, ambos com texturas argilosas quando provenientes do Folhelho⁶ Ponta Grossa.

- c) Neossolos Litólicos – solos minerais não-hidromórficos, extremamente frágeis suscetíveis à erosão.
- d) Neossolos Flúvicos - compõem-se de solo hidromórficos ou não, com derivação sedimentar aluvial, com camadas estratificadas de textura variável sem relação pedogenética entre si. Apresenta fragilidade ambiental, suscetível à erosão fluvial, principalmente em superfícies degradadas com ausência de floresta.
- e) Gleissolos Melânicos – são constituídos de material mineral, com grande distribuição nas planícies do PEVV e também nas suas encostas. Apresenta textura argilosa ou média de cores acinzentadas em horizonte mineral e, em horizonte superficial, rico em matéria orgânica, de cores pretas. São solos extremamente frágeis, devendo ser destinados à preservação, sem nenhuma intervenção do homem.
- f) Organossolos – composto por material orgânico, baixa saturação por bases e assentes sobre camadas minerais de textura média ou argilosa, sendo encontradas em profundidades inferiores a 100 cm. Apresentam maior fragilidade ambiental em situação de erosão sobre solos de encosta, encontrando-se em fase de soterramento, com facilidade de identificação de sedimentos minerais de 50 cm ou mais.
- g) Neossolos Quartzarênicos – formados por solos minerais compostos essencialmente de textura arenosa (areia e areia franca), com até 150 cm de profundidade, quartzo, calcedônia e opala, com ausência de minerais primários com facilidade de alteração. Subdividem-se em Grupo Órtico e Grupo Léptico.

Rico em diversidade de solos, o PEVV é visitado por estudantes de diversas áreas do conhecimento, a fim de curiosidade e pesquisa científica. Da mesma forma, também é procurado pela sua biodiversidade, composta de inúmeras espécies na

⁶ Rocha sedimentar com marcante esfoliação (separação em folhas), constituída essencialmente de silte e argila.

fauna e flora, com a presença de vegetação e animais exóticos, inclusive com ameaças de extinção de algumas espécies distintas.

3.3.4.5 Aspectos da Biodiversidade

3.3.4.5.1 Flora

No aspecto relacionado à vegetação do parque caracteriza-se a existência dos denominados afloramentos de arenito, conforme o Plano de Manejo (IAP, 2003) sendo a área de maior altitude, onde estão estabelecidas nessas formações espécies que se desenvolvem sobre rochas, nichos e fendas das mesmas. Nos locais de solos mais desenvolvidos há a presença extensa de vegetação transicional entre Estepe *stricto sensu* e Savana Gramíneo-Lenhosa.

Conforme IAP (2003) nessas formações encontram-se também plantas arbóreas, que se caracterizam como de pequeno porte, com predominância de arvoretas e arbustos de até 3 metros de altura. Na transição Estepe/Savana registra-se o capim barba-de-bode (*Aristida pallens*), ocorrendo também a presença de samambaia-açu e carqueja, as quais podem ser tomadas como indicadores de alteração das condições naturais ambientais, como queima e sobrepastoreio.

Também de acordo com informações contidas em IAP (2003) há a presença de capões de Floresta Ombrófila Mista Montana, áreas de Estepe Higrófila, predominando inclusive nas imediações de água gramíneas de pequeno porte. Na área do parque podem-se encontrar poucos exemplares do Pinheiro-do-Paraná, ou Araucária, espécie em extinção, de corte proibido. Predomina também a espécie da Floresta Estacional Semidecídua *Anadenanthera colubrina* angico-branco, a qual se encontra em fase inicial de invasão na área que circunda os arenitos.

3.3.4.5.2 Fauna

Em conformidade com o Plano de Manejo (IAP, 2003) o parque apresenta, nas suas áreas de surgência de corpos d'água, faunas aquáticas simplificadas, como os girinos de rã-cachorro nas pequenas nascentes e nos capões de Floresta Ombrófila Mista Montana e nas áreas de Estepe Higrófila. Na classe dos mamíferos citam-se algumas de hábito florestal como o lobo-guará, a suçuarana *Puma concolor*, cachorros selvagens, veados e tatus. Espécies exóticas invasoras agravam a situação de perda de biodiversidade de espécies do campo, especialmente a invasão do *Pinus* spp, além do que se agrava a descaracterização da paisagem local.

Conforme Godoy (2008), em seus estudos sobre a região, o PEVV apresenta significativa diversidade de fauna, indicada abaixo, incluindo algumas das espécies ameaçadas de extinção

- a) Peixes - a diversidade de peixes encontradas no parque apresenta aproximadamente 21 espécies, onde a maioria se concentra na Lagoa Dourada, como o corimbatá (*Prochilodus lineatus*), a tubarana (*Salminus hillarii*) e o cará (*Geophagus brasiliensis*), e na fuma 2 há uma espécie de lambari, que se diferencia das demais por apresentar diferente genética, podendo tratar-se de espécie *endêmica*⁷ das furnas.
- b) Anfíbios - há o registro de aproximadamente 19 espécies, como a rara rã-de-chifres (*Proceratophrys boiei*) e a perereca-bicuda (*scinax squalirostris*).
- c) Répteis - no estado do Paraná existem 60 espécies, sendo que 35 destas podem ser encontradas no parque, como as ameaçadas de extinção cobra-capim, cobra-de-listras e a cobra-cipó. Dentre as peçonhentas encontram-se as cobras coral verdadeira, a urutu e a cascavel.
- d) Aves - 233 espécies de aves são encontradas na área do parque, sendo composta das espécies residentes (que ocorrem durante todo o ano) e das migratórias (registradas apenas em uma estação específica). Exemplo de aves encontradas no parque: andorinhão-de-coleira-falha, encontrado nos Arenitos e no interior da Furna 1, e o macuquinho-do-brejo.
- e) Mamíferos - é constituído por 60 espécies o conjunto de mamíferos registrados no parque, com destaque para as espécies: suçuarana (*Puma*

⁷ Endêmico: que pertence exclusivamente a um determinado lugar (www.dicionariorapido.com.br)

concolor), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e o veado-catingueiro (*Mazama gouazoupira*).

- f) Lepidópteros - são 323 as espécies de borboletas que compreendem o grupo existente no PEVV.
- g) Macroinvertebrados aquáticos – constituem as espécies pequenas que vivem em ambientes aquáticos, e somente são percebidas na fase adulta, na forma de mosquitos, borboletas ou besouros terrestres.

3.3.4.6 Hidrografia

A característica dos rios da região do parque definida é o aprofundamento dos seus leitos, com formação de vales e cânions lajeados e pequenas corredeiras e cachoeiras de águas límpidas, com curso inferior desenvolvendo-se em altitudes variando em torno de 790 metros, tendo as nascentes em altitudes de 1000 metros. Esses rios deságuam na forma de um único rio, no curso principal do Rio Tibagi, com localização aproximada de 5 km a sudoeste do parque Vila Velha.

Além da Lagoa Dourada e da Lagoa Tarumã há em sua área hidrográfica rios e córregos, os quais compreendem (Godoy, 2008):

- Rio Barrozinho
- Rio Guabiroba
- Córrego da Roça
- Rio Quebra-Perna
- Arroio Capão Grande

3.3.4.7 Clima

A área do parque apresenta clima temperado, com temperatura média de 18°C em mês mais frio e temperatura média abaixo de 22°C no mês mais quente na região. A temperatura média anual fica entre 13,3°C com a mínima absoluta registrada de -6,0°C ocorrida em julho de 1975 e 24,1°C na região do PEVV, apresentando a máxima de 36,2°C ocorrida em janeiro de 1958. As chuvas ocorrem

com mais freqüência no mês de janeiro, com precipitação de 188,2 mm e o mês de agosto é considerado o mais seco com precipitação de 79,9 mm. Aproximadamente ocorrem geadas de 10 a 25 dias por ano, com frio abaixo de 7,0°C, e vento predominante no sentido NE na média anual.

A Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual de Vila Velha possui na maior parte de sua extensão territorial áreas onde não é permitida a visitação pública, mas somente pesquisa de interesse ambiental. A visão exterior do parque é principalmente como ponto turístico, sendo o 2º parque natural do estado do Paraná.

3.3.4.8 Aspectos Turísticos

3.3.4.8.1 Arenitos

Os Arenitos constituem-se no mais importante atrativo natural do PEVV, composto pelas formações rochosas com formas esculpidas pela erosão principal causada pelas águas das chuvas, onde podem ser observadas as mais diversas formas, dentre elas: a bota, a garrafa, camelo, índio, noiva e a taça, considerada o cartão de visitas do parque. De coloração avermelhada pela presença de cimento ferruginoso e aspecto de ruínas (relevo ruiniforme) os Arenitos chegam a 30 metros de altura (IAP, 2001).

O atrativo chama a atenção de visitantes com objetivos distintos, como pesquisadores e estudantes de áreas como a geologia, biologia e turismo, além da visita de pessoas que são adeptas do ecoturismo e atividades em áreas naturais.

Em consonância com o Plano de Manejo (IAP, 2003) na área que compreende os Arenitos foi implantada uma trilha pavimentada com rochas de aspecto semelhante ao do arenito, oferecendo maior segurança ao visitante durante a caminhada e minimizando os impactos causados pelo pisoteio dos visitantes.

Durante a caminhada na trilha o visitante pode observar a fauna e flora locais, interagindo de maneira mais efetiva com os elementos do ambiente natural, e também há a possibilidade de desenvolver atividades de dinâmica e interpretação ambiental, aplicada pelos monitores ou condutores do parque.



Fig. 01- Vista parcial da trilha dos Arenitos
Fonte: arquivo pessoal (2010)



Fig. 02 - A Taça de Vila Velha
Fonte: arquivo pessoal (2010)

3.3.4.8.2 Furnas

As Furnas caracterizam-se pela forma de crateras ou depressões circulares, com diâmetro médio de 80 metros e paredes verticais, que atingem até 110 metros as mais profundas e outras mais rasas, sendo seus interiores preenchidos por água subterrânea. A hipótese de sua formação é a erosão por processos mecânicos (IAP, 2001).

O visitante no passeio às Furnas, de acordo com o Plano de Manejo (IAP, 2003) utiliza-se de uma trilha em pavimento de paralelepípedo, num percurso de 500 metros lineares, a qual circunda as furnas de números 1 e 2, permitindo também o acesso ao mirante. Na fuma 1 há um elevador panorâmico, que levava os visitantes até o seu interior para uma plataforma flutuante, mas o mesmo encontra-se desativado há alguns anos, devido a causa de impactos ao meio ambiente.



Fig. 03 - Plataforma interna da Furna 1
Fonte: arquivo pessoal (2010)



Fig.04 - Vista parcial do elevador da Furna 1
Fonte: arquivo pessoal (2010)

3.3.4.8.3 Lagoa Dourada

A Lagoa Dourada constitui-se, de acordo com Melo (1999) em uma depressão sobre o Arenito Furnas, com cerca de 200 metros de diâmetro e profundidade máxima de 5,4 metros, e é um dos três atrativos turísticos do parque. Situa-se na bacia do Rio Guabiroba, afluente do alto Rio Tibagi. Possui águas límpidas provenientes de fonte subterrânea, com várias espécies de peixes em seu leito, atraindo os visitantes pela sua beleza.

Seu nome tem provável origem devido ao reflexo dos raios solares sobre sua superfície ao final da tarde. Descrita no também no Plano de Manejo (IAP, 2001), é integrante do sistema Furnas, e é uma das seis depressões que ocorrem no parque, sendo uma furna em processo de extinção, devido ao assoreamento de seu leito pelos sedimentos provenientes das cheias das chuvas no Rio Guabiroba. Peixes como curimatás, tubaranas, traíras, lambaris e carás são vistos em seu leito em grande quantidade.



Fig. 05 - Vista parcial da Lagoa Dourada

Fonte: arquivo pessoal (2010).

3.3.4.9 Plano de Manejo

O PEVV teve sua reestruturação no período compreendido entre 2002 e 2004 com a elaboração de um plano de manejo ambiental, garantindo a visitação pública a todos os segmentos da sociedade, com condições de acesso a grupos da região local e externos, dando atenção à comunidade do entorno da unidade.

Resgatando a história do parque segundo IAP (2001), nas últimas décadas o mesmo teve sua infra-estrutura abandonada, inclusive com destruição de suas instalações, inscrições nas rochas e degradação de sua área ambiental. Nas trilhas utilizadas não existia sinalização ou qualquer tipo de manutenção, sendo destruídas pelo tráfego intenso e desordenado dos visitantes, os quais não tinham orientação quanto a importância da preservação e conservação ambiental, levando também à descaracterização dos aspectos cênicos, da fauna e da vegetação e, como consequência o local não era conhecido como unidade de conservação, mas somente como ponto turístico.

Conforme o IAP (2001) o Plano de Manejo foi elaborado visando à conciliação entre o uso recreativo e os objetivos primários do parque, garantindo a promoção da proteção de seus ecossistemas e a garantia de qualidade para a experiência do visitante sendo, dessa forma, inseridos novos conceitos de valorização do ambiente natural de uso sustentável.

No período anterior à implantação do plano de manejo o parque era desprovido de proteção ambiental, fato que o descaracterizou como unidade de conservação. Muitos anos se passaram desde sua criação e tombamento como patrimônio natural do Estado do Paraná e, nesse tempo suas dependências físicas e áreas naturais tiveram uso desordenado e a degradação foi evidente. Então foi elaborado o Plano de Manejo visando à reestruturação do parque como unidade de conservação, e no referido documento encontram-se registrados os objetivos do manejo ambiental:

1. Conservação de um dos mais significativos remanescentes das formações vegetais da região dos Campos Gerais dos Paraná;
2. Assegurar a proteção das formações geológicas (arenitos) que compõem a paisagem do PEVV;
3. Desenvolver um processo de normatização da visita do PEVV, em que seja crescente a participação de guias e condutores em todas as movimentações que ocorrem dentro de seu perímetro;
4. Desenvolvimento de pesquisas científica, relativa aos componentes dos ecossistemas e suas inter-relações;
5. Desenvolver ações de conservação e de recuperação nas áreas do PEVV e entorno que estejam comprometendo a integridade da biodiversidade local;
6. Readequar/adequar os usos, atualmente praticados na área do PEVV conflitantes com a categoria e os objetivos dos mesmos;
7. Promover a educação ambiental dirigida, objetivando a consciência ambiental e regional;
8. Proporcionar aos proprietários da região e principalmente do entorno, que trabalham com turismo ambiental (turismo em áreas naturais), uma efetiva participação na visita das áreas do PEVV onde ela seja permitida;
9. Assegurar uma administração que garanta a integridade do seu patrimônio natural e, ao mesmo tempo, que possibilite sua visita com a finalidade científica, educacional, turística, recreativa e cultural. (IAP, 2001, p. 64)

Durante o processo de revitalização o PEVV teve suas dependências desativadas e a visita interrompida. Pode-se notar que dentre os objetivos citados o que mais se destaca é o foco principal na recuperação e conservação da vegetação e a preservação do patrimônio geológico, este último sendo o objeto principal da visita turística.

O PEVV é um patrimônio natural tombado, protegido por todos os direitos ambientais vigentes, sendo um fenômeno natural de beleza incomparável. Suas formações milenares revelam a perfeição da obra da natureza. Descreve o Plano de Manejo (IAP, 2001, p. 53):

Mais de 100 milhões de anos para formar as imagens atuais. Tal imponência, grandiosidade e beleza conquistaram os homens que por lá passaram e continuam até hoje a atrair multidões, que se emocionam e despertam para a importância da natureza e da sua preservação. Por si só, essa formação mereceu ser tombada.

Reinaugurado em 2004, o parque apresentou nova infraestrutura, com lanchonete, loja de souvenirs, sala de exposições, centro de lazer, sanitários, auditório e novas dependências para a recepção dos visitantes.

As novas formas de visitação, com microônibus interno e condutores mostraram a nova cara do parque, desta vez valorizando o meio ambiente natural por meio do ecoturismo, palestras e vídeo informativo. Mas como ponto negativo do aspecto turístico do parque observa-se a escassa oferta em atividades interativas com o meio ambiente, a não ser a caminhada nas trilhas e a observação dos atrativos, contribuindo para a redução da demanda turística percebida nos anos anteriores à sua revitalização.

No Plano de Manejo constam atividades potenciais a serem desenvolvidas nas dependências do parque, relacionadas a seguir, conforme IAP (2003):

1. Cicloturismo: atividade que se utiliza a bicicleta seguindo um roteiro pré-definido. Seria desenvolvida na antiga estrada próxima ao rio Quebra-perna.
2. Caminhada noturna: objetiva a interpretação do meio ambiente e observação dos aspectos relativos à astronomia. É necessário o acompanhamento de especialista, com passeios em pequenos grupos pré-agendados.
3. Campo de desafios: consiste em circuito de atividades desenvolvidas em copas de árvores ou em estruturas montadas em troncos de eucaliptos. Podem variar de simples escadas de cordas até outras mais complexas como rapel, tirolesa, pontes entre outras mais. O circuito de campo de desafios é uma atividade intensa exigindo certo fôlego para sua realização.
4. Arvorismo: conjunto de atividades desenvolvidas também em copas de árvores interligadas por escadas, tirolesas ou pontes suspensas. A atividade

pode ser praticada por pessoas que não tenham problemas de saúde e sem fobia à altura.

Atualmente o parque é administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão do governo do estado, e em parceria com universidades e faculdades utiliza a área do parque para realização de pesquisas e estágios acadêmicos, onde estagiários de várias áreas da ciência realizam os serviços de atendimento ao público, coordenados pelo IAP.

As atividades de ecoturismo planejadas para serem desenvolvidas no perímetro do parque, incluindo a região de Furnas e Lagoa Dourada, não foram executadas desde a reabertura do parque em 2004. Verifica-se, então, que o poder público não fornece as condições para que sejam efetivadas as atividades descritas no Plano de Manejo, não sendo conhecidos os motivos para que as tais não aconteçam.

Na impossibilidade da execução de atividades planejadas para implantação no parque existem alternativas para uma possível efetivação, como o repasse da administração da prestação de serviços nas áreas de uso público para a iniciativa privada, através da terceirização dos serviços para empresas especializadas em ecoturismo, como aconteceu no Parque Nacional do Iguaçu, onde os serviços de turismo são atualmente administrados e executados pela empresa Cataratas S.A.

4 TERCEIRIZAÇÃO

O quarto capítulo da pesquisa apresenta o assunto principal do trabalho, a terceirização, detalhando seus conceitos e aspectos da legislação, a licitação, que é o processo que leva a terceirização, suas modalidades e vantagens e desvantagens do processo. O capítulo destaca também os benefícios para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), e para o PEVV, além de informações sobre o Parque Nacional do Iguaçu, administrado atualmente por empresa terceirizada.

Na época atual, em que ocorre um aumento significativo da industrialização e dos recursos tecnológicos, pode-se perceber que surgem simultaneamente empresas de diversos ramos, diversificando a prestação de serviços especializados. Nesse contexto, quando as empresas buscam otimizar seus processos produtivos, subentende-se que procuram alternativas que contribuam para a sua sustentabilidade no mercado, com eficácia em seus processos e equilibrando também a relação com o meio ambiente e a comunidade externa.

4.1 CONCEITOS E ASPECTOS LEGAIS

O termo “terceirização” significa, conforme o Novo Aurélio Dicionário da Língua Portuguesa, p. 1946: (De terceiro + izar) transferir a terceiros atividade ou departamento que não faz parte de sua linha principal de atuação, ou seja, delegar a terceiros parte das responsabilidades de uma organização.

O repasse de serviços para empresas especializadas em determinado ramo surge como solução para aperfeiçoar os recursos disponíveis e, como resultado alcança-se melhoria na qualidade dos serviços prestados. Esse processo pode ser entendido como terceirização de serviços e, conforme Pamplona Filho (2002, p. 02) é “a transferência de segmento ou segmentos do processo de produção da empresa para outras de menor envergadura, porém de maior especialização na atividade transferida.”

Romanoschi *apud* Souza (2003, p. 26) entende que a Terceirização

é a passagem de atividades e funções específicas a terceiros especializados. A empresa detém sua atenção voltada à atividade-afim;

aquela para a qual foi designada mercadologicamente, passando a terceiros a administração das atividades-meio.

Já o conceito de Giosa (1997, p. 11) possui maior complexidade, ressaltando como sendo um processo de gestão administrativa, assim descrita:

A Terceirização se investe de uma ação mais caracterizada como sendo uma técnica moderna de administração e que se baseia num processo de gestão, que leva à mudanças estruturais da empresa, à mudanças de cultura, procedimentos, sistemas e controles, capilarizando toda a malha organizacional, com um objetivo único quando adotada: atingir melhores resultados, concentrando todos os esforços e energia da empresa para a sua atividade principal.

Entende-se nesse conceito que esse processo de repasse de responsabilidades para empresas privadas envolve toda a organização, inclusive com resultados afetando todos os departamentos da empresa. Empresas da iniciativa privada adotam essa atividade em sua administração e, da mesma forma observa-se que o poder público também utiliza essa alternativa para a continuidade e melhoria na prestação dos serviços públicos.

A transferência de prestação de serviços públicos para a iniciativa privada envolve responsabilidades específicas de administração, estas expressas no artigo 71, da Lei nº 8.666/93 (lei de licitações) descrita por Pamplona Filho (2002, p. 07):

“Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º a inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

§ 2º a administração pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 31 da lei 8.212, de 24/07/91.”

Na questão de licitação e de terceirização de serviços públicos observa-se que envolve total compromisso da empresa ou pessoa contratada em assumir as responsabilidades pelos serviços, podendo, inclusive, ser responsabilizada por omissão nos serviços prestados, os quais eram anteriormente detidos pelo poder público. Destarte, a Administração Pública contribuirá solidariamente junto à

empresa contratada nos assuntos relacionados aos encargos previdenciários quando o serviço for executado, retendo em nota fiscal o valor correspondente à contribuição previdenciária, conforme previsto em lei.

Especificado no atual Direito Público, a licitação data de 1967, e o termo provém do latim *licitatione*, explícito no Novo Aurélio Dicionário da Língua Portuguesa, p. 1211, sendo: “1. Ato ou efeito de licitar; oferta de lanços num leilão ou hasta pública. 2. *Econ.* Procedimento pelo qual a administração pública seleciona a proposta mais vantajosa, quando compra bens e serviços ou faz outras transações.” Para o poder público certamente não seria viável confiar as responsabilidades para empresa terceira caso não houvesse retorno financeiro ou outro tipo de vantagem.

Para Madeira (2001) a licitação trata-se de um processo administrativo vinculado objetivando a contratação do interessado que propor as melhores condições favoráveis à Administração Pública, não se resumindo apenas em menor preço, mas sim em maiores vantagens.

Moreira *apud* Madeira (2001) cita as seis modalidades licitatórias, as quais são: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e o prego. Analisando essas modalidades em proposta com a presente pesquisa, as que mais se adéquam ao tipo de serviço que envolve as atividades de turismo são as descritas a seguir:

1. Concorrência

É a modalidade da licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto (MADEIRA, 2001, p. 116).

2. Tomada de preços

É a modalidade em que a participação na licitação restringe-se: a) às pessoas previamente inscritas em cadastro administrativo, geralmente quando é de vulto médio; é organizado em função dos ramos dos proponentes; e b) aos que, em atendimento a todas as condições exigidas para o cadastramento, até o terceiro dia anterior à data fixada para abertura das propostas, o requeiram e sejam, assim, qualificados (MELLO *apud* MADEIRA, 2001, p. 116).

3. Convite

Modalidade licitatória cabível perante relações que deverão envolver valores mais baixos, para a qual a Administração convoca para a disputa pelo menos 3 pessoas que operam no ramo pertinente ao objetivo, cadastrado ou não, afixado em local próprio cópia do elemento convocatório, estendendo o mesmo convite aos cadastrados do ramo pertinente ao objeto, que hajam manifestado interesse até o prazo de 24 horas antes da apresentação das propostas (MADEIRA, 2001, p. 117).

Dá-se a perceber que o processo de licitação para terceirização de serviços públicos é complexo, devendo a empresa ou interessado ter o mínimo da qualificação exigida pela administração pública para a concessão dos serviços e, inserido nesse aspecto está o fator qualidade, indispensável para a aprovação da prestação de serviços, além da qualificação da mão-de-obra utilizada.

4.2 A QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A pressuposição da qualidade envolve vários aspectos na formatação do conceito do termo, o qual abrange formulações relacionadas à subjetividade, ou a auto-avaliação pessoal do cliente que se beneficia de produtos ou serviços oferecidos. Os conceitos de qualidade adotados por especialistas são muitos, alguns complexos e outros mais simples, e Castelli (2001, p. 142) relaciona-os, destacando todos como termos corretos utilizados:

“Qualidade é satisfação do cliente.”
“Qualidade é aquilo que o cliente quer.”
“Qualidade é adequação ao uso.”
“Qualidade é conformidade com os requisitos.”
“Qualidade é atendimento das expectativas dos clientes.”

Com relação à totalidade dos termos citados, há de se convir que todos visam os interesses do cliente, este sendo o objeto principal do desenvolvimento de todo um processo produtivo ou de realização de serviços. É a qualidade final que responderá pelo sucesso ou fracasso de um empreendimento, e esta está relacionada diretamente ao perfil do cliente e seus tipos de exigências.

Castelli (2001) aborda as várias condicionantes relacionadas à percepção da qualidade percebida pelo cliente, e nesse sentido, essa percepção se relaciona à atual condição da pessoa, podendo ser: a personalidade, o estado de espírito, informações e experiências adquiridas na sua vivência relacionadas à obtenção de bens e serviços.

Outro fator importante citado por Castelli (2001) que diz respeito à qualidade é a expectativa do cliente com relação aos bens ou serviços adquiridos, onde o autor comenta sobre a formação dessas expectativas, as quais provêm de informações de amigos, leituras e propagandas, filmes e outras afins. A qualidade dos serviços

prestados em turismo também possui caráter subjetivo, entendendo-se que a percepção varia de cliente para cliente, haja vista que devem ir de encontro à satisfação de suas necessidades.

O setor de turismo é um ramo condicionado às exigências do cliente, cuja demanda se torna mais exigente de forma rápida, e as suas expectativas devem ser atendidas. Muitas vezes apenas o poder público não consegue atender as exigências do setor, não garantindo qualidade de serviços à clientela turística.

É nesse contexto que entra o processo de terceirização de serviços, para atender as exigências da demanda que se multiplicam rapidamente, e também pode ser vista como uma forma de desenvolver o setor quando o governo não consegue atingir esse objetivo, como destaca Beni (2002, p. 127) em texto relacionado ao governo e à infraestrutura:

Considerando-se que, nesses últimos anos, verifica-se uma progressiva escassez de recursos para investimento em infraestrutura por parte do poder público, o regime de parceria com a iniciativa privada, que dispõe de outras formas para obtenção desses recursos, surge como opção para o desenvolvimento de municípios e regiões com maior vocação turística.

Quando se fala em qualidade de serviços em turismo, principalmente em atrativos públicos como em parques naturais nota-se que a responsabilidade está detida pelo poder público, incluindo a administração para que haja desenvolvimento da atividade. O setor público pode ser visto como o principal agente regulamentador das atividades de turismo, responsável pela criação das leis ambientais fomentadoras do turismo sustentável.

Nas considerações sobre planejamento do turismo destaca-se a citação de Beni (2002, p. 109):

O Estado tem no controle do Turismo uma de suas atribuições e para ele dirige sua atenção setorial, traduzida na política traçada para atender aos requisitos de seu crescimento, através de planejamento particularizado que se acaba mesclando, pelas próprias características, no processo global de planejamento nacional.

A política do turismo em nível nacional tem influência no planejamento estadual, o qual deve atender aos requisitos exigidos para o desenvolvimento do turismo em todo o país.

Conforme Lemos (2004) são de responsabilidade do governo a implantação da infraestrutura básica para as atividades de turismo sob o aspecto físico, como a oferta de bens e serviços públicos como iluminação, segurança, parques, praças, rodovias, museus, além da infra-estrutura para os transportes, para as agências de viagens e para os turistas.

Também é o governo que estabelece as políticas econômicas que influenciam na economia das comunidades receptoras do turismo, sejam fiscais, monetárias, cambiais, salariais, legais e regulatórias, da mesma forma que cobra taxas e impostos dos agentes para os quais presta serviços (LEMOS, 2004).

Analisando os aspectos relacionados ao setor de turismo, com ênfase na responsabilidade do poder público, há a necessidade de se realizar um levantamento dos prós e contras no processo de terceirização de serviços públicos.

Como vantagens para o setor público como contratante, Souza (2003) aborda os níveis econômicos e administrativos, citando vantagens como a redução de custos finais do produto e também a diminuição das reclamações trabalhistas, sendo estas responsabilidades da empresa contratada.

As desvantagens afetam a qualidade dos serviços a cargo da empresa terceirizada, podendo ocorrer uma possível queda nessa qualidade, ficando dessa forma o poder público dependente da empresa contratada, como exemplo, em caso de falência toda uma atividade pode ficar impedida (SOUZA, 2003).

4.3 A IMPORTÂNCIA DA TERCEIRIZAÇÃO PARA O PEVV

Segundo a gerente em exercício do PEVV, Maria Ângela Dalcomune, encontra-se em andamento um contrato de gestão com a empresa EcoParaná, a qual poderá oferecer serviços com maior qualidade pelo fato de poder contratar pessoal para andamento do programa de uso público, que atualmente encontra-se defasado. Entretanto, de acordo com Ângela, o ideal seria a concessão dos serviços de uso público do PEVV para uma operadora de turismo, otimizando a funcionalidade do parque no atendimento ao público, sem depender do orçamento do Estado tornando-se assim sustentável financeiramente.

Atualmente o parque opera através de mão-de-obra de estudantes que cumprem estágio de curso superior, devido à falta de funcionários do IAP. Ângela

ainda informa que os serviços de limpeza, roçadas de jardins e manutenção das estruturas físicas necessárias à administração são terceirizados, porém, os serviços ambientais não podem ser terceirizados, segundo legislação vigente, ficando a cargo do Estado sua manutenção.

Ressalta-se também que as ações do IAP estão ligadas ao manejo e controle ambiental, não sendo seu principal foco a prestação de serviços em turismo. Como vantagem, no caso da concessão, o instituto ficaria isento das responsabilidades pelas atividades de turismo, as quais seriam totalmente desenvolvidas pela empresa especializada contratada. Também o parque poderia obter ganhos em sua principal imagem como atrativo turístico natural, como uma melhor divulgação e aumento da demanda turística refletindo o real potencial para a atividade que o mesmo possui.

4.4 O CASO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (PNI)

De acordo com o Instituto Chico Mendes (ICMBio) o Parque Nacional do Iguaçu⁸ foi criado em 10 de janeiro de 1939 através do decreto lei nº 1.035, possui área total de 185.262,2 ha, e recebeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade em 1986, concedido pela UNESCO. Seu primeiro plano de manejo foi elaborado em 1981 e revisado em 1999. Em sua área encontram-se as Cataratas do Iguaçu e a mais importante floresta Estacional Semidecídua do país. Na extensão das cataratas de 2.700 metros 800 localizam-se no lado brasileiro e 1.900 metros no lado argentino e compõem-se de um número aproximado entre 150 e 270 saltos e quedas, conforme o volume d'água do rio.

Com altura máxima de 80 metros os saltos têm nomes como Floriano, Deodoro, Benjamim Constant, sendo o mais famoso o Salto Garganta do Diabo. A origem das rochas do parque é vulcânica com idade entre 165 e 120 milhões de anos. A biodiversidade compõe-se de 257 espécies de borboletas catalogadas, 45 de mamíferos, 12 de anfíbios, 41 de serpentes, 8 espécies de lagartos, 18 de peixes e 200 espécies de aves.

⁸ Informações extraídas do site oficial do Parque Nacional do Iguaçu: www4.icmbio.gov.br

O parque é atualmente administrado pela empresa Cataratas do Iguaçu S.A.⁹ a qual foi constituída no dia 18 de janeiro de 1999, com o objetivo de implantação, operação, administração, manutenção e aproveitamento econômico das áreas concedidas pelo IBAMA pelo período de 15 anos. Apenas 3% da área total do parque são destinadas à visitação pública.

A empresa tem por objetivos: preservação e educação ambiental; melhoria do aproveitamento do potencial de visitação do parque; treinamento ambiental; postura e comportamento de funcionários e terceirizados em uma Unidade de Conservação; tratamento de resíduos líquidos em estações de tratamento de esgoto e coleta seletiva de resíduos para reciclagem.

A nova estrutura de visitação do PNI visa oferecer mais segurança e qualidade de atendimento aos visitantes e também fomentar a educação ambiental. A empresa conta com cerca de 220 funcionários e, na época de maior fluxo de turistas chega a operar com 260, com grau de satisfação de 90% com relação à nova estrutura e serviços. Como exemplo cita-se que na Semana Santa o fluxo de visitantes chega a 9.500 pessoas num só dia, sem ocorrência de problemas na operação. Informa também o site da empresa Cataratas do Iguaçu S.A.(2010, p. 01) que:

O novo sistema de visitação do PNI se preocupa em permitir o aumento do número de visitantes e ao mesmo tempo reduzir o impacto ambiental, através do aumento do número médio de passageiros por veículo no interior do Parque. O sistema de transporte do parque está adequado às normas do CONAMA (fase IV) e EURO (fase II), no que se refere à emissão de gases poluentes e ruídos, já houve uma diminuição significativa do número de veículos que trafegam no Parque, reduzindo o lançamento de resíduos poluentes por pessoa transportada e o risco de atropelamento de animais silvestres.

A preocupação das empresas que almejam concorrer à terceirização de serviços públicos em turismo, principalmente com questões ambientais certamente deve ser indispensável para o ganho de licitações, como se pode observar no caso do PNI, que atualmente tem obtido sucesso na administração por empresa terceirizada.

⁹ Informações extraídas do site oficial da empresa Cataratas do Iguaçu S.A.: www.cataratasdoiguacu.com.br.

5 METODOLOGIA

Supõe-se que um processo de terceirização de serviços em turismo em parques naturais priorizando as questões de sustentabilidade ambiental venha a resultar em benefícios para o setor e para a economia local, mas os estudos de viabilidade e de impactos ambientais necessitam ser rigorosos para que o meio ambiente natural seja beneficiado. Para estudo de caso sobre terceirização no Parque Estadual de Vila Velha foi realizada pesquisa de campo envolvendo a administração do parque e visitantes. Cervo & Bervian (1996) referem-se à pesquisa como uma atividade que busca solucionar problemas, utilizando-se do emprego de processos científicos.

Para Dencker (2004, p. 18) metodologia “é a maneira como se realiza a busca de conhecimento” e também “o que fazemos para adquirir o conhecimento desejado de maneira racional e eficiente”.

Para o levantamento do referencial teórico utilizou-se a pesquisa quali-quantitativa bibliográfica com objetivos exploratória e descritiva. Na concepção de Dencker (2004, p. 124):

A pesquisa exploratória procura aprimorar idéias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares.

Já a pesquisa descritiva estabelece relações entre as variáveis ou descreve fenômenos geralmente (DENCKER, 2004).

Segundo Dencker (2004, p. 107) a pesquisa qualitativa “é adequada para se obter um conhecimento mais profundo de casos específicos, porém não permite a generalização em termos de probabilidade de ocorrência.”

Na pesquisa de campo foi aplicado um questionário aos visitantes com questões objetivas e dissertativas, considerando como fator primordial a opinião dos visitantes.

Dencker (2004, p. 146) conceitua questionário como sendo “uma maneira ordenada de obter informações sobre as variáveis que intervêm em uma investigação, em relação a uma população ou amostra determinada”.

Denotada como parte da pesquisa quantitativa foi a coleta de material estatístico sobre visitação realizada no setor administrativo e gerência do referido parque.

O questionário foi elaborado com base nas questões principais relativas à prestação de serviços em turismo, como atendimento ao público, infraestrutura turística, atrativos, preços de ingressos, divulgação e, principalmente, a questão relacionada com a terceirização dos serviços e a oferta de atividades diversificadas conforme a estrutura do parque pode suportar.

A aplicação do questionário ocorreu entre os dias 01 e 30 de setembro de 2010, e foi respondida por 120 visitantes residentes em cidades do estado do Paraná e em outros estados do país. Do total dos participantes 53% são do sexo masculino e 47% do sexo feminino, com idade entre 20 e 65 anos, entre estudantes e famílias que chegam a passeio, conforme observado durante a pesquisa.

5.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS DA PESQUISA

5.1.1 Análise dos dados de visitação do PEVV

Os dados fornecidos pelo setor administrativo e gerência do PEVV demonstram a estatística de visitação nos anos posteriores à revitalização até aos primeiros meses do ano corrente, relacionados nas tabelas a seguir:

Estatística de Visitação Parque Estadual de Vila Velha - Trilha dos Arenitos													
Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total ao ano
2006	7.239	3.510	2.668	4.205	3.260	2.866	6.172	3.462	4.768	7.013	5.463	5.846	56.472
2007	8.315	5.277	2.350	4.044	3.032	4.320	5.207	3.474	6.316	6.457	5.901	5.952	60.645
2008	7.360	4.595	2.573	3.137	4.761	3.157	6.800	3.417	4.627	4.386	4.908	7.117	56.838
2009	7.950	4.996	2.572	5.860	3.980	3.676	4.318	2.281	2.275	3.269	5.374	6.020	52.571
2010	7.414	3.921	1.900	3.792	4.075	3.343	5.410	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	29.855

Tabela 01 – Estatística de visitação PEVV – Arenitos
Fonte: setor administrativo PEVV (2010)

Estatística de Visitação Parque Estadual de Vila Velha - Trilha de Furnas e Lagoa Dourada													
Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total ao ano
2006	2.606	2.250	1.994	2.536	1.928	2.058	3.775	2.114	3.339	5.439	4.181	4.115	36.335
2007	3.909	3.136	1.429	2.412	2.192	3.240	2.640	2.436	4.354	4.538	3.526	3.293	37.105
2008	3.271	2.130	1.528	1.840	2.987	2.560	3.907	2.289	3.487	3.353	3.771	3.988	35.111
2009	3.547	2.264	1.623	2.804	2.636	2.485	2.287	1.380	1.466	2.979	3.872	3.491	30.834
2010	3.357	2.051	1.127	2.317	2.886	2.053	2.465	xxxx	Xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	16.256

Tabela 02 – Estatística de visitação PEVV – Furnas e Lagoa Dourada
 Fonte: setor administrativo PEVV (2010)

As tabelas acima relacionam a quantidade de ingressos vendidos dividida entre o número de pessoas que visitaram os três atrativos naturais do parque entre o ano de 2006 ao mês de julho de 2010 representando, portanto, o total de visitantes ao final de cada ano. Percebe-se na análise das tabelas que o passeio aos Arenitos é mais procurado que o de Furnas e Lagoa Dourada, como consequência de ter as formações areníticas como cartão postal do atrativo turístico.

Em épocas de feriados nacionais, férias, carnaval e finais de ano ocorre um aumento significativo na visitação dos Arenitos, mas pela pouca oferta em transporte para Furnas e Lagoa Dourada esse número não acompanha a elevação nesses atrativos, ocorrendo de turistas ficarem sem conhecer esses locais pela falta de transporte interno que atenda a demanda pelo passeio. Em meses anteriores do ano corrente ocorreu o fato de os microônibus ficarem inativos por falta de pneus, os quais se encontravam em estado precário, sem a possibilidade de tráfego, prejudicando assim, a qualidade no atendimento aos turistas e a imagem do PEVV na mídia.

Nos dados contidos nas tabelas pode-se observar que há variações no número de visitantes nas diversas épocas do ano, ora aumentando, ora diminuindo as quantidades. Essas oscilações ocorrem devido à procura pelo atrativo em períodos fixos no decorrer dos meses, principalmente em feriados nacionais prolongados quando as pessoas viajam.

Em períodos de férias escolares, entre os meses de novembro a janeiro e no mês de julho, a demanda aumenta consideravelmente, conforme se observa nas tabelas, onde se destaca o primeiro mês do ano, no qual praticamente dobra o

número de pessoas que visitam o parque. As datas carnavalescas também obtêm destaque no fluxo de visitação, acontecendo geralmente no mês de fevereiro. O parque sofre com a sazonalidade que ocorre no período escolar, quando a procura diminui em contraste com os meses de férias e datas comemorativas nacionais.

Ainda em análise das tabelas verifica-se um aumento no número de visitantes comparando o ano de 2006 com 2007, ocorrendo na sequência uma queda significativa na visitação até dezembro de 2009. Nos dados parciais até julho de 2010 ainda há oscilações com declínio significativo nos números totais registrados.

Estando o parque localizado em uma região de entroncamento rodoviário entre cidades de grande parte das regiões do Paraná ligando-as à capital Curitiba e também ao litoral, torna-o opção adicional aos roteiros de viagem, contudo, o atrativo não é destino final da maioria dos viajantes.

Observa-se também que, pelo fato de estar localizado afastado da infraestrutura básica urbana, como a falta de hospedagem e alimentação, ocorre a diminuição da probabilidade do aumento no número de visitantes, os quais hospedam-se em Curitiba ou em Ponta Grossa, dependendo do destino de sua viagem. Essa infraestrutura deficiente contribui para a diminuição no número de visitantes no decorrer dos anos, conforme descrito nas tabelas.

5.1.2 Análise dos resultados da aplicação do questionário

Com relação à pesquisa com os visitantes em resposta ao questionário aplicado foram obtidos os seguintes resultados, demonstrados nos gráficos a seguir:

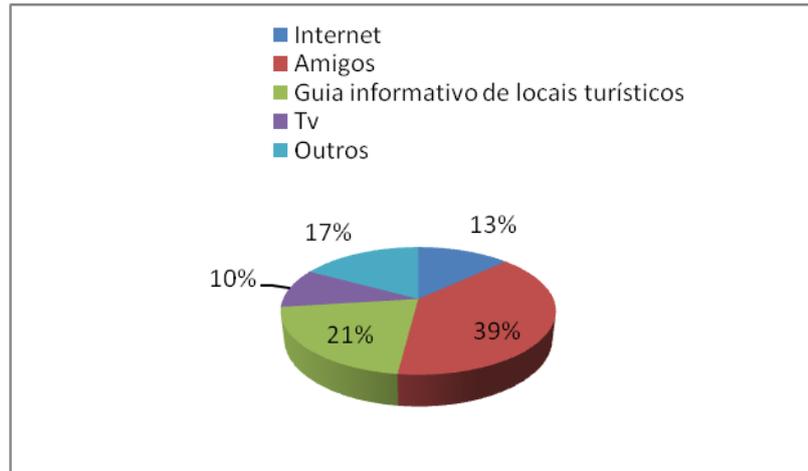


Gráfico 01- Como ficou sabendo da existência do parque?

No gráfico acima se observa os seguintes percentuais: 39% ou a maioria dos questionados obteve conhecimento do parque através de amigos; em seguida 21% por guia de informações turísticas; 17% através de outras fontes; 13% pela internet e os últimos 10% pela TV.

Notou-se que a maioria das respostas indicou os visitantes obtiveram conhecimento sobre a existência do parque através de informações de amigos, os quais provavelmente já haviam estado no local. Isso pode indicar que a divulgação boca-a-boca foi um eficiente veículo de comunicação para a demanda turística do PEVV, e indica também que tal fato aconteceu por falta de divulgação em outros veículos de comunicação. Em segundo lugar ficou a opção de guia informativo de locais turísticos, indicando que a divulgação do atrativo não é tão abrangente nos veículos de comunicação impressos.

A internet demonstrou-se acessada em percentual significativo para a busca de locais turísticos, no caso o PEVV. O conhecimento através de outras fontes de informação superou a divulgação em canais de TV que foi citada por apenas 10% dos visitantes questionados. Nesse item incluem-se parentes e instituições de ensino. Essa variação nas opções indica que a divulgação do atrativo na mídia em geral ainda é tímida, dada a importância do local para o turismo paranaense e nacional.

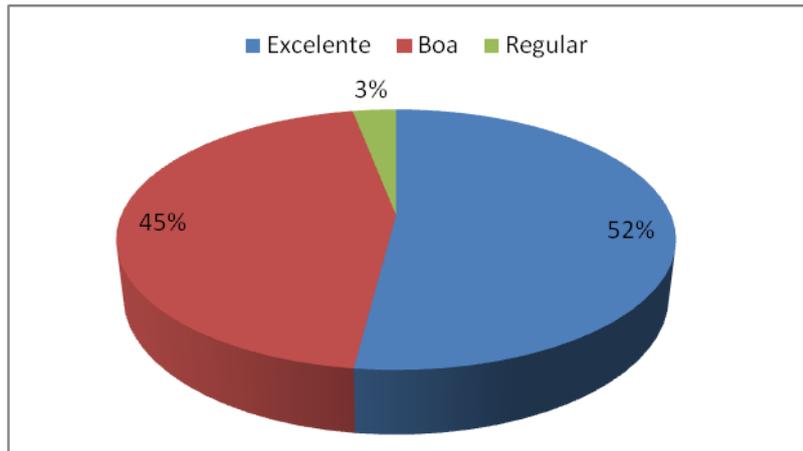


Gráfico 03 - Qual sua opinião sobre a infra-estrutura turística do parque? (sanitários, alimentação, atendimento, etc)

Tal resultado na opinião pública nesse gráfico demonstra que o PEVV está com boas condições de utilização em sua infraestrutura, com 52% das respostas sendo excelente, 45% boa e apenas 3% consideraram regular.

As respostas de maior número percentual demonstram que a atual situação de infraestrutura agrada a maioria dos visitantes, em contraste com a mínima parcela de opiniões que a consideram regular. Poderia representar um grau de satisfação maior dos turistas com a implantação de serviços com diversidade de ofertas além das que já existem.

Considerando que os itens abordados também incluíram o quesito atendimento, dá-se a perceber que o relacionamento interpessoal entre colaboradores e visitantes está bem estruturado, tendo aprovação da maioria dos visitantes questionados.

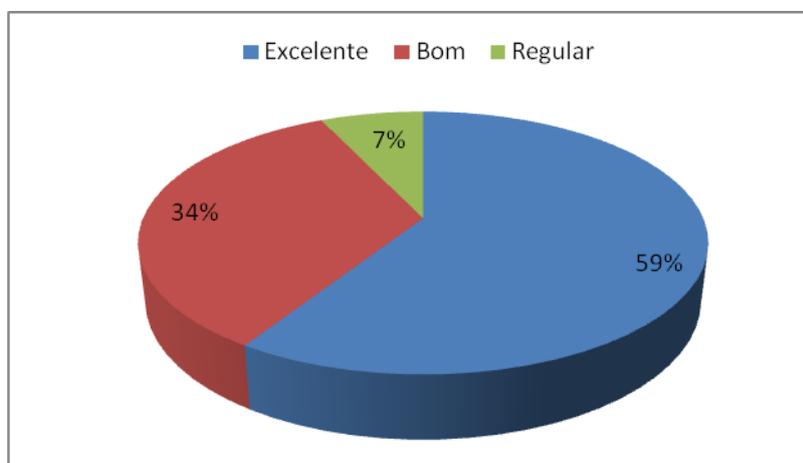


Gráfico 04 (questão nº 05) - Qual sua opinião sobre os atrativos e o passeio no parque?

Nessa representação gráfica 59% dos visitantes avaliaram os atrativos como excelentes; 34% consideraram de boa qualidade e 7% dos questionados opinaram como regular.

Em análise do percentual de respostas citadas como excelente conclui-se que o parque possui atrativos naturais que agradam aos visitantes, visto que suas paisagens são de peculiar beleza cênica, única na região. As respostas considerando regular podem estar relacionadas à falta de atividades interativas e também à falta de conhecimento sobre sustentabilidade ambiental, pois o quesito conhecimento sobre meio ambiente não foi inserido na relação das questões aplicadas.

Inserido na mesma questão está o passeio nas trilhas, percebendo-se também que no conjunto atrativos/passeio as respostas relacionam os dois quesitos. Nas respostas consideradas como regular pode estar ligada ao pouco investimento que se faz no parque pelo poder público ou por ser visitantes que buscam algum diferencial não encontrado no atrativo.

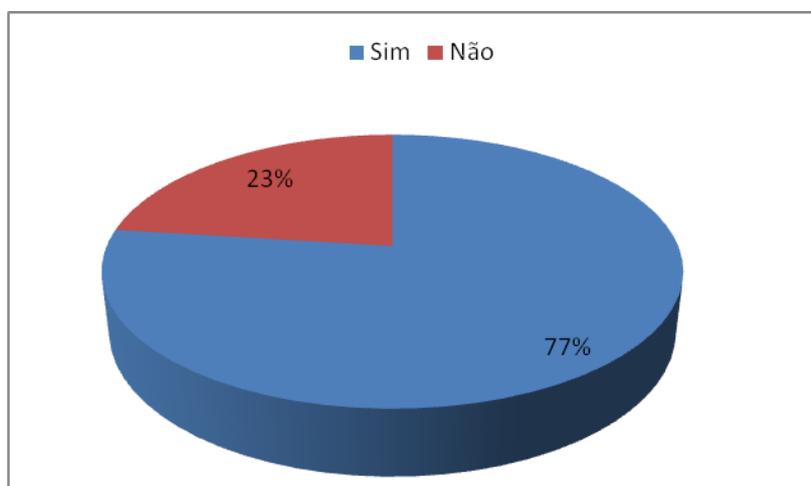


Gráfico 05 (questão nº 06) - Acharia interessante a implantação de atividades previstas no plano de revitalização, como arborismo, cicloturismo, caminhada noturna? Dê sua opinião.

Conforme indicado no gráfico, dos cento e vinte visitantes questionados 77% avaliaram as atividades como positivas para o desenvolvimento do turismo do Parque Vila Velha e 23% consideraram negativas.

Em análise das respostas das respostas negativas, citam-se abaixo as principais opiniões:

- Impacto ambiental negativo;
- A infraestrutura não suportaria as atividades;

- A prioridade deve ser a preservação ambiental.

Conclui-se, portanto, conforme citado, que a implantação de novas atividades de turismo no PEVV resultaria em impacto ambiental negativo, devendo o parque manter as suas atividades como são atualmente, com a preservação ambiental sendo o objetivo principal da administração.

Também foi valorizada a opinião dos visitantes sobre a importância dessas novas atividades para o turismo do local, destacando como sugestões favoráveis as seguintes:

- Planejamento com pouco impacto ambiental;
- Diferencial em relação a outros parques;
- Mais opções e mais tempo para entretenimento e permanência nas dependências do parque;
- Melhorias na divulgação;
- Atração de perfis diferentes de turistas;
- Agregação de valor e maior demanda turística;
- Nova visão do parque.

Nas sugestões citadas todas contribuiriam para o melhoramento da situação atual nos serviços de visitação nas áreas de uso público, com destaque para a agregação de valor e permanência por mais tempo dos visitantes, gerando renda e lucro.

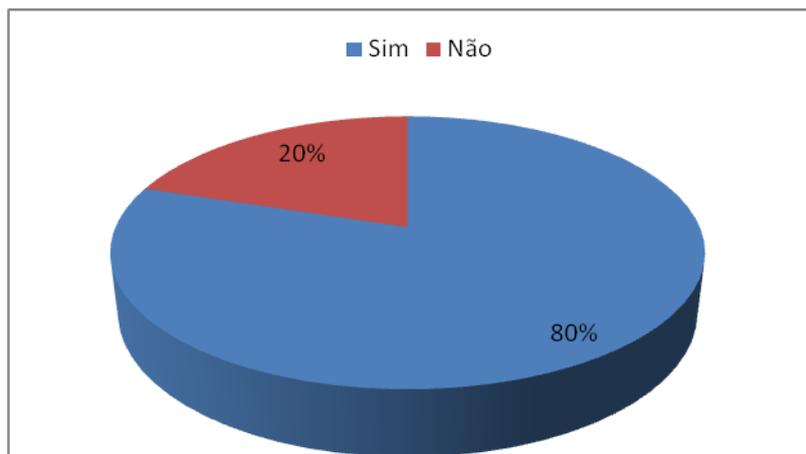


Gráfico 06 (questão nº 07) - Passaria mais tempo nas dependências do parque com essas novas atividades?

Nesse gráfico 80% das pessoas responderam positivamente à questão e as respostas negativas representaram 20% do total. O restante não foi a favor de

usufruir seu tempo nas dependências do parque para a realização de novas atividades de turismo.

Nesse tópico considera-se que há uma preocupação com possíveis impactos ambientais resultantes de atividades interativas. Vale destacar que as pessoas que visitam o parque geralmente estão em trânsito de algum outro destino, e acrescentam esse passeio ao roteiro previsto nas suas intenções de viagem, tendo então como hipótese a falta de tempo para permanência nas dependências do parque.

Na interpretação das respostas positivas e relacionando-as à questão anterior, conclui-se então que os turistas buscam entretenimento e interação com o meio ambiente além de somente observação e caminhada em trilhas. Muitos grupos de turistas que se deslocam para o parque utilizam ônibus locado, e muitas das vezes buscam entretenimento para melhor aproveitamento de sua viagem. Como os passeios no parque utilizam poucas horas do dia muitos grupos ficam ociosos, visto que querem usufruir ao máximo do tempo disponibilizado para a visita.

Inclui-se nesse perfil visitantes que buscam atividades interativas de ecoturismo e não as encontram no PEVV. Em análise desse alto percentual favorável à implantação de novas atividades abordadas na questão anterior e na presente supõe-se que as pessoas realmente não se contentam em apenas caminhar e observar, mas querem suas expectativas atendidas de lazer e entretenimento.

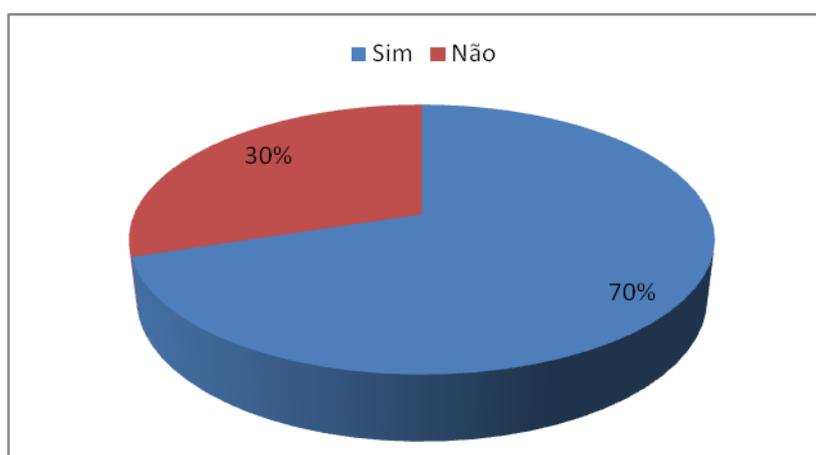


Gráfico 07 (questão nº 08) - Estaria disposto a pagar por essas atividades, além do ingresso normal da entrada?

O gráfico acima revela que 70% dos visitantes estariam dispostos gastar além dos valores das taxas de visitação normais para participar de atividades interativas de turismo em áreas naturais no parque, denotando que existe a carência de ofertas de atividades e 30% responderam negativamente.

Em relação às questões anteriores, o índice percentual negativo liga-se aos visitantes que não concordam com atividades a mais nos passeios. Embora os passeios de caminhada nas trilhas surpreendam a grande maioria dos visitantes, o maior percentual da pesquisa nesse questionamento indica que as pessoas querem algo mais em sua visita, ainda que tenham custo à parte, e atividades interativas preencheriam essa lacuna existente no roteiro turístico do PEVV, ou poderia até consolidá-lo como atrativo âncora da região.

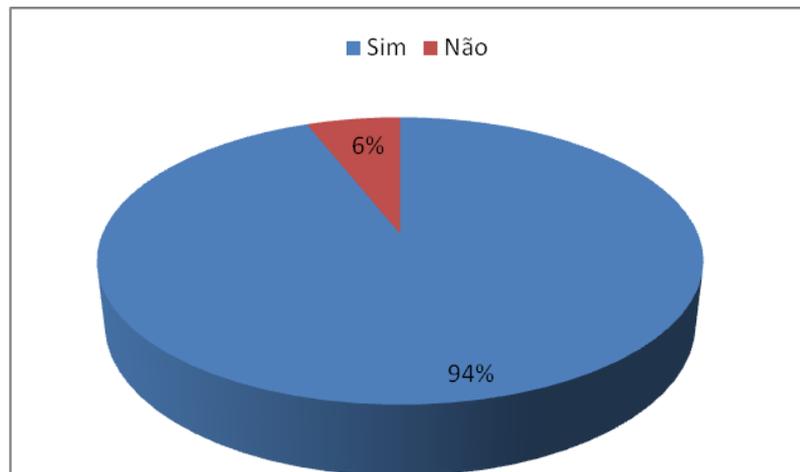


Gráfico 08 (questão nº 09) – Você acha justo o valor cobrado pela visitação?

O gráfico demonstra que 94% dos visitantes consideram os valores das taxas justos e 6% não concordam com os valores cobrados.

As respostas negativas podem estar relacionadas ao desconhecimento dos fatores ambientais importantes integrados à visitação ao parque.

Os passeios oferecidos satisfizeram o maior percentual dos visitantes questionados. O tipo de passeio em Vila Velha contempla somente a observação dos atrativos, não existindo nenhuma interação expressiva com o meio ambiente, porém, esse fator não representou nenhuma barreira que pudesse impedir ou causar desistência de os visitantes realizarem os passeios.

Conforme dados fornecidos pelo setor administrativo do parque atualmente os valores cobrados são R\$10,00 para passeio nos Arenitos e R\$8,00 nas Furnas e

Lagoa Dourada para visitantes brasileiros e, para turistas estrangeiros a taxa está fixada em R\$15,00 e R\$10,00 para os respectivos passeios. Existe a opção de meia-entrada para estudantes, funcionários públicos e residentes no município de Ponta Grossa, mediante comprovação. Pessoas acima de 60 anos de idade e crianças até 06 anos têm isenção de taxa de visitação, e entre 06 e 12 anos pagam meia-entrada. Com a implantação de novas atividades os valores atuais poderiam ser revistos, pois haveria mais opções de entretenimento, a escolha do público, não sendo obrigatória a visita somente nos atrativos naturais.

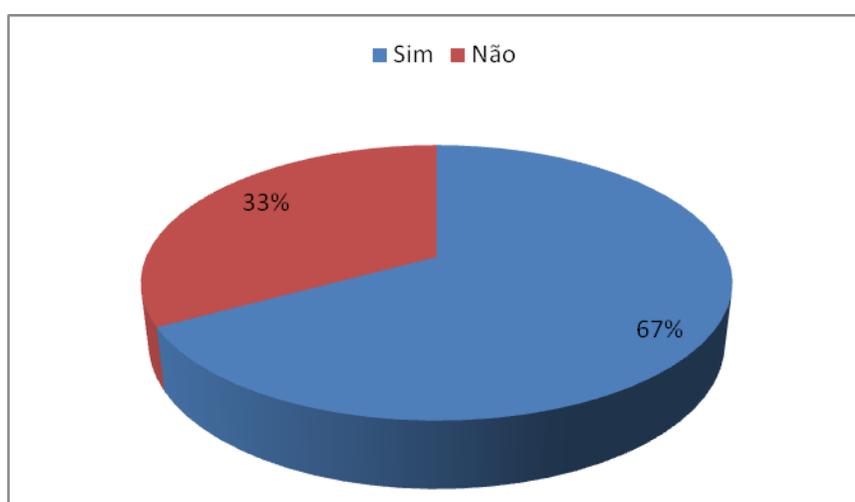


Gráfico 09 (questão nº 10) – Você concorda com a terceirização de serviços em turismo visando tornar a visita mais interessante? Dê sua opinião.

Conforme expresso no gráfico os visitantes que responderam positivamente à questão representam 67% do total, denotando aprovação em possíveis projetos relacionados, e de opinião contrária 33% das respostas.

Quanto às respostas contrárias à terceirização observaram-se as seguintes opiniões, totalizando 33% dos visitantes questionados:

- Favorecimento de comércio exagerado;
- Com parceria com universidades melhoraria em todos os aspectos, não havendo necessidade de terceirizar;
- Somente intenção de lucro;
- Patrimônio público não deve ser colocado nas mãos de terceiros;
- Poderá haver banalização do patrimônio natural;
- A sustentabilidade ambiental deve continuar sendo prioridade;
- Haveria um aumento significativo nos preços das taxas de visitação;

- Deveria ser realizado concurso público para a contratação de pessoal especializado em turismo.

Na análise dos vários tópicos com opiniões contrárias à terceirização, os que mais foram abordados estão relacionados à obtenção de lucro e aumento na cobrança das taxas, que poderia expor o parque a uma imagem negativa caso os preços sejam abusivos. Um percentual é favorável a parceria com universidades como opção à terceirização e melhoria nos serviços.

Observe-se que atualmente os serviços em turismo são executados por estagiários de curso superior de instituições públicas e privadas do município de Ponta Grossa, gerenciados pelo IAP. Tal fato incentiva à realização de concurso público para contratação de especialistas em turismo, como registrado nas sugestões dos questionados que acreditam que o Estado tem condições de administrar com qualidade.

Os visitantes que responderam positivamente abordaram alguns itens que, segundo eles, seriam necessários para o bom funcionamento do parque com a administração de empresas privadas. Abaixo os principais tópicos apresentados:

- Melhoraria o atendimento ao turista;
- Contratação de mais funcionários com responsabilidade e qualificação;
- Deve ser mantida a preservação nos moldes do IAP;
- O Estado deve fiscalizar com rigidez as ações da empresa;
- Não deve haver exploração financeira exagerada;
- Os preços das taxas pelas novas atividades devem ser compatíveis com as benfeitorias;
- Melhoraria a infraestrutura turística como exemplo a implantação de restaurantes;
- Haveria melhorias que o poder público atualmente não oferece aos visitantes.

O posicionamento a favor da terceirização denota o maior número de pessoas que responderam ao questionário (67% do total), concluindo que o público quer novas atividades, porém, com sustentabilidade ambiental e econômica. O atendimento atual foi considerado de qualidade pela maioria, mas com serviços terceirizados poderá ser melhorado. Com relação às taxas a pesquisa revela que o

visitante não quer ser explorado financeiramente, mas pagar um preço justo pelos serviços oferecidos compatível com as benfeitorias.

O fator qualidade no atendimento a na infraestrutura turística foram tópicos identificados na pesquisa que são importantes para o desenvolvimento turístico do parque, visto que são indispensáveis para o melhor atendimento ao turista. A infraestrutura em alimentação oferece atualmente apenas uma lanchonete com lanches rápidos, obrigando os visitantes a se deslocarem para locais fora da área do parque para realizarem refeições completas, portanto o tópico relacionado a esse fator é imprescindível em possíveis modificações.

Questão 11: O que falta para melhor divulgar o Parque Vila Velha? Dê a sua opinião sobre a divulgação do parque.

Sobre essa questão dissertativa, a pesquisa revelou que o PEVV é pouco conhecido, principalmente na internet e televisão, sendo quase despercebida a sua existência nos veículos de comunicação. Na televisão é praticamente inexistente a divulgação do atrativo e na internet também tão é expressiva, visto que o parque não possui um site oficial demonstrando a sua beleza natural, seus atrativos e serviços oferecidos.

As pessoas que se informaram através da internet buscaram em sites não oficiais, quase sempre com informações não condizentes com as oficiais, as quais só podem ser obtidas através do site do IAP. Foi mencionada também a colocação de placas de sinalização nas estradas, incentivando os viajantes a visitar o local, principalmente nas que fazem parte do entroncamento rodoviário que liga as cidades à capital. A existência de placas só pode ser observada nas proximidades da entrada do parque.

Uma opinião importante destacou o dever das autoridades do município de Ponta Grossa de divulgar o PEVV através de programas de incentivos na internet, na rede hoteleira e nos roteiros turísticos regionais, mostrando o potencial turístico do local, pois está enquadrado dentro dos limites de seu território. Outros veículos de comunicação mencionados foram as revistas de turismo os guias rodoviários e os guias de informações turísticas, destacando o PEVV, mas em consulta a alguns guias nota-se a falta de veracidade nas informações contidas.

Questão 12: Exponha o seu parecer geral sobre a sua visita ao parque (crítica, sugestão para melhoria, reclamação).

A última questão dissertativa proposta aos visitantes concedeu a oportunidade de exporem as suas considerações sobre a visita ao parque, relatando o grau de satisfação, críticas e sugestões que possam colaborar para possíveis melhorias nos serviços prestados. Os itens descritos abaixo se referem às sugestões dos visitantes para melhoria dos serviços:

- Ampliação dos horários de ônibus do passeio às Furnas e Lagoa Dourada;
- Implantação de corrimão nos trechos das trilhas em que há escadas;
- Implantação de trilhas para pessoas com necessidades especiais;
- Extração de vegetação exótica;
- Mapas indicativos das trilhas;
- Oferecer mais informações sobre a fauna e flora originais;
- Implantação de placas interpretativas das formações areníticas;
- Venda de água em pontos estratégicos das trilhas, principalmente em dias quentes;
- Implantar bancos em trechos da trilha dos Arenitos para descanso de pessoas idosas ou com problemas de locomoção;
- Reativação ou troca do elevador panorâmico da Furna 1 agregando valor à visita;
- Melhoria na abordagem ao turista, visando surpreendê-lo;
- Implantar placas informativas nas trilhas sobre normas e proibições durante o passeio.
- Oferecer novas atividades para entretenimento para crianças e adultos.

Dentre os visitantes questionados estavam presentes pessoas com necessidades especiais, inclusive cadeirantes, os quais se sentiram desvalorizados por não existirem trilhas específicas para eles, com rampas de acesso paralelas às escadas existentes, fato que tornou esse tópico um dos principais pontos negativos observados nas respostas dissertativas.

Como sugestão para melhoria nas trilhas merece destaque a implantação de placas informativas sobre vegetação normas e proibições, e também identificativas

das esculturas rochosas, as quais enriqueceriam os passeios. Com relação aos bancos para descanso ressalte-se que há somente alguns na trilha do bosque, mas na trilha dos arenitos inexitem. O ponto mais destacado pelos visitantes é a implantação de novas atividades para entretenimento para crianças, as quais inexitem, e principalmente as mais interessantes, do ponto de vista dos questionados são as atividades de ecoturismo para jovens e adultos em visita.

Além das sugestões ficou também destacada a satisfação de grande parte dos visitantes com a visita ao parque, incentivando a manutenção do controle ambiental, bem como parabenizações pelo bom trabalho desenvolvido pelos funcionários e estagiários. A implantação das trilhas em rochas também foi elogiada, assim como a limpeza e organização geral do local.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa no Parque Estadual de Vila Velha revelou que a terceirização de serviços em turismo em sua área de uso público poderá ser benéfica, se desenvolvida com base na sustentabilidade ambiental. Embora um pequeno percentual seja contrário a esse tipo de administração, os resultados da pesquisa revelaram que a maioria concorda desde que o meio ambiente seja preservado.

Através da análise dos resultados foi possível chegar aos objetivos específicos propostos pelo presente trabalho e ao final a conclusão quanto ao objetivo geral. Os objetivos específicos propostos e as conclusões estão abaixo detalhados:

1º Analisar os benefícios da terceirização para o PEVV

Conforme informações adquiridas através da pesquisa bibliográfica, aplicação do questionário e declaração da gerente do parque foi possível perceber que um processo de terceirização dentro dos moldes da sustentabilidade poderá gerar benefícios à visitação, com destaque para o grande percentual de respostas favoráveis à implantação de novas atividades de ecoturismo (77%), as quais são previstas no plano de manejo.

Contratando-se empresas especializadas nesses tipos de atividades a probabilidade dos visitantes permanecerem mais tempo nas dependências do parque durante sua visita aumentaria consideravelmente. Em benefícios também vale destacar a imagem que o parque teria como ponto turístico no estado do Paraná, agregando valor à visita e tendo um diferencial em relação a outros locais turísticos, principalmente por ser atrativo natural de peculiar beleza cênica.

2º Analisar a importância da exploração turística nos parques estaduais

O PEVV é o segundo maior atrativo natural do Paraná e deve ser valorizado, pois é fonte de pesquisas científicas e ponto turístico importante do estado. Em comparação com o Parque Nacional do Iguaçu, o qual é altamente visitado por turistas de todo o mundo, o PEVV pode obter um desenvolvimento turístico sustentável, sendo imprescindível os investimentos públicos e privados, com foco na preservação ambiental.

3º Obter dados atualizados sobre a estatística de visitação do parque para interpretação e análise de possíveis problemas existentes

Os dados obtidos demonstram a diminuição da demanda turística do parque no decorrer dos anos contabilizados, denotando a falta de atratividade no mesmo. A implantação de novas atividades seriam a opção para reverter o quadro negativo na visitação.

4º Aplicar um questionário com questões específicas aos visitantes, visando coletar informações e sugestões para melhoria nos serviços prestados

O questionário foi o fator chave para as conclusões finais da pesquisa, o qual revelou a satisfação dos visitantes com alguns itens mencionados, como a infraestrutura e a qualidade dos atrativos turísticos. A insatisfação é visível em relação a falta de entretenimento, pois a maior parte das respostas indicam a necessidade de outras opções de atividades. Não se deve esquecer também aqueles que visitam o parque, mas por serem portadores de necessidades especiais sua visita torna-se limitada, devido a falta de estrutura para esse perfil de turista. Futuros projetos poderão beneficiar esses tão importantes visitantes. O favorecimento à terceirização desses serviços é o fator principal para uma mudança na situação turística atual do parque, ressaltado pelos visitantes questionados.

Como resposta ao objetivo geral da pesquisa, conclui-se que a visão dos visitantes quanto a opção da terceirização para otimizar os serviços turísticos no PEVV têm-se a introdução desse tipo de administração como fator importante para a solução dos problemas de visitação atuais. Os visitantes buscam interação com o meio ambiente e opção de entretenimento para suas famílias.

Dessa forma foram alcançados os objetivos da pesquisa, estando seu conteúdo disponível para apoio a possíveis projetos de implantação de atividades no Parque Estadual de Vila Velha ou à terceirização de serviços em turismo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL: **Pelo menos 6 milhões de estrangeiros devem visitar o Brasil até 2011**. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br>> Acesso em 31 de outubro de 2010.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8. ed., São Paulo: Ática, 2004.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**, 14. ed., Campinas: São Paulo, Papirus, 2005.

BARRUCHO, Luis Guilherme. **/A classe C quer muito mais/** Veja, ed. 2153 de 24 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.veja.abril.com.br> > Acesso em 20 de junho de 2010.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**, 7. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BRASIL: **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Vade Mecum RT**, 3. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2008.

CATARATAS DO IGUAÇU S.A./ **A Empresa: Responsabilidade ambiental**./ Disponível em: <<http://www.cataratasdoiguacu.com.br>> Acesso em 10 de agosto de 2010.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante**, 4. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron *books*, 1996.

COOPER, Chris et al. **Turismo: Princípios e Prática**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookmam, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 8. ed. São Paulo: Futura, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente**: Uma Abordagem Integrada, São Paulo: Roca, 2002.

GIOSA, Lívio A. **Terceirização: Uma Abordagem Estratégica**, 7. ed. São Paulo: Thonson/Pioneira, 1997.

GODOY, Paulo Henrique Fernandes de. **A Educação Ambiental como Estratégia para a Conservação do Parque Estadual de Vila Velha**, 2008. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental), Universidade Positivo, Curitiba.

IAP, Instituto Ambiental do Paraná: **Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha**, Curitiba, 2001.

IAP, Instituto Ambiental do Paraná: **Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha**, versão preliminar, Curitiba, 2003.

ICMBio, Instituto Chico Mendes Biodiversidade./**Parque Nacional do Iguaçu**./Disponível em:<<http://www4.icmbio.gov.br>> Acesso em: 22 de setembro de 2010.

LEMOS, Leandro de. **Turismo: Que negócio é esse?** Uma análise da economia do turismo, 5. ed., Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004.

LINDBERG, Kreg. ; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1999.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública Centralizada e Descentralizada**, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001.

MELO, Mário Sérgio de. **Lagoa Dourada, Pr** - Furna Assoreada do Parque Estadual de Vila Velha, SIGEP 99. Disponível em: <<http://vsites.unb.br>>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

MTUR, Ministério do Turismo./ **Cadernos e Manuais de Segmentação**: Turismo de Aventura: Orientações Básicas./ Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 04 de agosto de 2010.

MTUR, Ministério do Turismo./ **Cadernos e Manuais de Segmentação**: Ecoturismo: Orientações Básicas./ Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 04 de agosto de 2010.

MTUR, Ministério do Turismo./ **Cadernos e Manuais de Segmentação: Turismo Rural: Orientações Básicas.**/ Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 04 de agosto de 2010.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: planejamento e organização.** 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **/Terceirização e Responsabilidade Patrimonial da Administração Pública.** Salvador, 2002. <Disponível em:<<http://www.direitopublico.com.br>> Acesso em 22 de outubro de 2010.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente,** 10. ed. Campinas: São Paulo, Papyrus, 2003.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: meio ambiente e economia.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

SOUZA, A. M.; CORRÊA, M. V. **Turismo: conceitos, definições e siglas.** 2. ed. Manaus: Valer, 2000.

UFPR, Universidade Federal do Paraná./ **Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais do Paraná.**/ Curitiba, 2000. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br>> Acesso em 04 de agosto de 2010.

VADE MECUM RT, 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

WWF Brasil, World Wide Fund For Nature/ **Questões Ambientais.**/ Disponível em:<<http://www.wwf.org.br>> Acesso em: 07 de agosto de 2010.

APÊNDICE

1 QUESTIONÁRIO QUALI-QUANTITATIVO

Pesquisa em Turismo: Parque Estadual de Vila Velha

1. Sexo () Idade () Local de residência (cidade, estado)
2. Qual o motivo da visita ao parque?
Férias () Trabalho () Outro:
3. Como ficou sabendo da existência do parque?
Internet () Amigos () Guia informativo de locais turísticos ()
TV () Outro:
4. Já conhecia o parque antes da revitalização ambiental?
Sim () Não ()
Se sim, qual sua opinião sobre o parque antes da revitalização?
5. Qual sua opinião sobre a infra-estrutura turística do parque? (sanitários, alimentação, atendimento, etc).
() Excelente () Boa () Regular
6. Qual sua opinião sobre os atrativos e o passeio no parque?
() Excelente () Bom () Regular
7. Acharia interessante a implantação de atividades previstas no plano de revitalização, como arvorismo, cicloturismo, caminhada noturna? Dê sua opinião.
8. Passaria mais tempo nas dependências do parque com essas novas atividades?
Sim () Não ()
9. Estaria disposto a pagar por essas atividades, além do ingresso normal da entrada?
Sim () Não ()
10. Você acha justo o valor cobrado pela entrada para visitaçã?
Sim () Não ()
11. Você concorda com a terceirização dos serviços de turismo visando tornar a visita ao parque mais interessante? Dê sua opinião.
12. O que falta para melhor divulgar o Parque Vila Velha? Dê a sua opinião sobre a divulgação do parque.
13. Exponha o seu parecer geral sobre a sua visita ao parque (crítica, sugestão para melhoria, reclamação).

ANEXOS

1 A LENDA DE VILA VELHA

O nome pelo qual o parque é intitulado tem origem em uma antiga lenda popular, de origem desconhecida, chamada lenda de Vila Velha, ou Itacueretaba (cidade perdida de pedra), a qual relata que essa região foi escolhida para ser o recanto dos habitantes primitivos, o Abaretama, onde seria escondido o precioso tesouro “Itainhareru”. Conforme a lenda, o tesouro era guardado pelos apiabas, homens escolhidos de todas as tribos por Tupã, os quais tinham todas as regalias, exceto o contato com mulheres. Segundo conta a tradição, se o segredo do tesouro fosse revelado às mulheres estas o levariam aos ouvidos do inimigo, os quais o tomariam para si. Como chefe dos apiabas foi escolhido Dhui, no entanto ele era contrário ao seu destino, pois tinha fascínio pelas mulheres. Tal informação chegou ao conhecimento das tribos rivais, as quais escolheram Aracê Poranga para tentar o coração de Dhui e tomar o segredo de Abaretama. No entanto, Aracê apaixonou-se pelo valente guerreiro e, ao levar-lhe uma taça de licor de uirucuri, no intuito de embebedá-lo, também tomou do licor e ambos ficaram entrelaçados à sombra de um ipê. Tupã, na sua fúria, desencadeou um terremoto, abalando toda a planície. A terra ficou completamente destruída e transformada em pedra. Castigado por Tupã, o casal foi petrificado um ao lado do outro juntamente com a taça, e o tesouro derretido transformando-se na Lagoa Dourada. Então Abaretama se tornou Itacueretaba, a Cidade Perdida de Pedra.

Fonte:

IAP, Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha, p. 08: Curitiba, 2003.

2 AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA



ESTADO DO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA Nº 215/10

Autorizamos o pesquisador **Celso Miguel Kerski** portador do RG: 5945131-6, responsável técnico pelo projeto “**Terceirização dos serviços em turismo: Um estudo de caso na Parque Estadual de Vila Velha**”, a realizar seus estudos na referida UC.

É de responsabilidade do pesquisador a obtenção da permissão do proprietário das propriedades particulares para a realização da pesquisa.

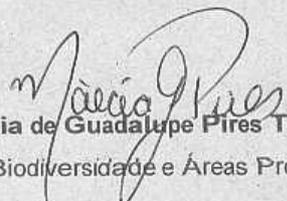
A gerência da UC deve ser **comunicada com antecedência** sobre os trabalhos em campo e se haverá contato com os moradores do entorno.

É de inteira responsabilidade do pesquisador a obtenção da autorização do IBAMA para transporte do material coletado, caso haja coleta.

O pesquisador compromete-se a enviar-nos um relatório final do trabalho, bem como cópias de publicações resultantes deste estudo, citando esta autorização nas mesmas.

Esta autorização tem validade até **17 de maio de 2011**, podendo ser renovada no final do período após apresentação de relatório, caso haja interesse das partes envolvidas.

Curitiba, 17 de maio de 2010.


Márcia de Guadalupe Pires Tossulino
Diretora de Biodiversidade e Áreas Protegidas - DIBAP